



**FACULDADE DE LETRAS E CIÊNCIAS SOCIAIS
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA
MESTRADO EM SOCIOLOGIA RURAL E GESTÃO DE DESENVOLVIMENTO**

**TÍTULO
O FUNDO DISTRITAL DE DESENVOLVIMENTO E OS SEUS EFEITOS EM
MOCAMBIQUE:**

O CASO DO DISTRITO KATEMBE- CIDADE DE MAPUTO (2009-2016)

**Autor: Carimo Robene Dinesse
Supervisor: Prof. Dr. Fidelx Pius Kulipossa**

Maputo, Outubro de 2018

CARIMO ROBENE DINESSE

**O Fundo Distrital de Desenvolvimento e os Seus Efeitos em Moçambique:
O Caso do Distrito KaTembe - Cidade de Maputo (2009-2016)**

Dissertação apresentada ao Departamento de Sociologia da Faculdade de Letras e Ciências Sociais da Universidade Eduardo Mondlane como Requisito Parcial para a obtenção do grau de Mestre em Sociologia Rural e Gestão de Desenvolvimento.

Supervisor

O Presidente

O Arguente

Maputo, Julho de 2018.

DECLARAÇÃO DE HONRA

Eu, **Carimo Robene Dinese**, declaro por minha honra que este trabalho nunca foi apresentado no seu conteúdo para a obtenção de qualquer grau acadêmico, constituindo sim, resultado de uma pesquisa individual, tal como apresentadas no texto, as respectivas fontes usadas para a concretização do mesmo.

O Autor

DEDICATÓRIA

Em primeiro lugar dedico este trabalho aos meus pais, **Robene Dinesse** e **Ana Salape** por me terem trazido ao mundo e ensinarem-me os caminhos da vida; À minha esposa **Ercília António Mutoropa Dinesse** por me ter compreendido em muitas ocasiões de minha ausência durante a realização das pesquisas de campo para este trabalho, mas nunca abdicou de mim; Aos meus filhos que vezes sem conta não desfrutaram do meu amor e carinho devido à ausência. Aos meus irmãos e amigos que sempre me deram apoio e incentivo nos momentos difíceis, permitindo assim a realização deste trabalho.

AGRADECIMENTOS

Os meus agradecimentos vão a Deus por me ter dado a vida e abençoar-me em tudo o quanto almejo. Um agradecimento especial ao meu supervisor por todo apoio e auxílio prestado durante a fase da pesquisa e elaboração desta dissertação. Os agradecimentos são extensivos à Direcção de Economia e Finanças da Cidade de Maputo pelo apoio prestado através da concessão da bolsa de estudos, bem como de financiamento que tornaram possível a realização pesquisas para a elaboração deste trabalho.

Também gostaria de estender os meus agradecimentos a todo o corpo docente do curso de Mestrado em Sociologia Rural e Gestão de Desenvolvimento da FLCS-UEM, terem contribuído na minha formação para a obtenção do grau de Mestrado.

Aos familiares, amigos e colegas do curso que compartilhamos as adversidades próprias do ambiente académico, mas sempre superadas individual e/ou colectivamente.

LISTA DE ABREVIATURAS

BM- Banco de Moçambique

CCD – Conselho Consultivo Distrital

CCL – Conselho Consultivo Local

CCA – Conselho Consultivo do Posto Administrativo

CCP- Conselho Consultivo Provincial

CTAP - Comissão Técnica de Avaliação de Projectos

DS – Desenvolvimento Sustentável

EDEL – Estratégia para Desenvolvimento Económico Local

ETD – Equipa Técnica Distrital

FDD - Fundo Distrital de Desenvolvimento

IFAD- International Fund for Agriculture Development

INFE- Rede Internacional de Educação

MAE – Ministério de Administração Estatal

NUIT – Número Único de Identificação Tributaria

OECD- Organizações para Cooperação Económica e desenvolvimento

ONU – Organização das Nações Unidas

PARPA – Plano de Acção para Redução da Pobreza Absoluta

PME – Pequenas e Medias Empresas

WCED – World Commission on Environment and Development

RESUMO

O presente trabalho tem como objectivo examinar em que medida a institucionalização do FDD está sendo alcançado no Distrito de KaTembe, Cidade de Maputo, procurando-se perceber sobre os efeitos desejados, o estímulo do empreendedorismo local, a produção e comercialização dos alimentos, a criação de postos de emprego permanentes e sazonais, o aumento de rendimento dos beneficiários e a melhoria do bem-estar económico e social dos mutuários no período 2009 e 2016.

Como hipóteses temos os seguintes: (a) O alcance dos objectivos definidos no FDD dependa da aplicação criteriosa e flexível do Manual de Procedimentos do FDD e da sustentabilidade financeira do FDD, (b) Factores como (i) características sociodemográficas, (ii) rendimento, (iii) história de crédito e poupanças, (iv) elegibilidade e (v) compreensão sobre os princípios do funcionamento de crédito por parte dos mutuários do FDD estimula o empreendedorismo local, a produção e comercialização dos alimentos, a criação de postos de emprego permanentes e sazonais, o aumento de rendimento dos beneficiários e a melhoria do bem-estar económico e social dos mutuários do Distrito de KaTembe.

Como metodologia do estudo recorreu-se ao método de procedimento qualitativo associado a pesquisa bibliográfica, documental e entrevistas semi estruturadas. Trata-se de um estudo de caso pois envolve a recolha de informação suficientemente relevante para descrever e analisar uma situação específica.

Optou-se pela teoria de mudança, na medida em que ela descreve a lógica sobre como e porquê uma determinada política vai alcançar os resultados pretendidos.

Os resultados apontam que o Fundo Distrital de Desenvolvimento, de alguma forma contribui para o desenvolvimento das comunidades locais, criou um despertar no espírito do Empreendedorismo, elevação da qualidade de vida das populações, aumento de poder de compra e a existência de bens e serviços ao nível local; o baixo nível de reembolso no FDD, deve-se a factores como adversidades naturais, a falta de educação fiscal dentre outros.

Como conclusão verificou-se que a implementação do FDD está surtir os efeitos desejados apesar de alguns constrangimentos tais como a não disponibilização de fundos por parte do Governo desde 2015, fraca capacidade de reembolso dos mutuários e demais constrangimentos.

Desta forma fica confirmada as hipóteses avançadas para o estudo, conforme referimos acima.

Palavras-chave: Fundo Distrital de Desenvolvimento, Finanças Rurais, Exclusão Financeira, Bem-Estar.

ABSTRACT

The present study aims to examine the extent to which the institutionalization of the FDD is being achieved in the KaTembe District, Maputo City, aiming at perceiving the desired effects, stimulating local entrepreneurship, producing and selling food, creating permanent and seasonal employment, increased income for beneficiaries and improved economic and social well-being for borrowers in 2009 and 2016.

As hypotheses we have the following: (a) The achievement of the objectives defined in the FDD depends on the careful and flexible application of the FDD Procedures Manual and the financial sustainability of the FDD, (b) Factors such as (i) sociodemographic characteristics, (ii) income, (iii) credit history and savings, (iv) eligibility and (v) understanding of the principles of credit operations by FDD borrowers encourages local entrepreneurship, food production and marketing, permanent and seasonal job creation, increased income for beneficiaries and improved economic and social well-being of KaTembe District borrowers

As methodology of the study we used the method of qualitative procedure associated with bibliographical research, documentary and semi-structured interviews. It is a case study because it involves gathering information that is relevant enough to describe and analyze a specific situation.

We opted for the theory of change, in that it describes the logic of how and why a given policy will achieve the intended results.

The results show that the District Development Fund, in some way contributes to the development of local communities, has created a spirit of entrepreneurship, raising the quality of life of the population, increased purchasing power and the existence of goods and services to the community. local level; the low level of FDD repayment is due to factors such as natural adversity, lack of fiscal education, among others.

As a conclusion, it was found that the implementation of the FDD is having the desired effects despite some constraints such as the Government not making funds available since 2015, poor repayment capacity of borrowers and other constraints.

In this way the hypothesis advanced for the study, as mentioned above, is confirmed.

Keywords: District Development Fund, Rural Finance, Financial Exclusion, Welfare.

INDICE

FOLHA DE ROSTO	i
DECLARAÇÃO DE HONRA	ii
DEDICATÓRIA	iii
AGRADECIMENTOS	iv
LISTA DE SIGLAS E ACRÓNIMOS	v
RESUMO	vi
ABSTRACT	vii
Capítulo 1: Introdução	2
1.1 Contextualização sobre o Problema.....	3
1.2 Objectivos do Estudo	5
1.3 Questões-Chave e Hipóteses do Estudo.....	6
1.3.1 Questões-Chave do Estudo	6
1.3.2 Hipóteses do Estudo.....	6
1.3.2.1 Justificação das Hipóteses Avançadas	7
Capítulo 2: Quadro Teórico Conceitual e do Estudo	8
Quadro Teórico: Teorias de Base do Estudo	8
2.1.1 Teorias de Mudança.....	8
2.2 Quadro Conceitual: Definição de Conceitos-Chave do Estudo.....	14
2.2.1 Descentralização	14
2.2.1a) A Importância da Descentralização	16
2.2.1b) Desvantagens da Descentralização	18
2.2.2 Fundo Distrital de Desenvolvimento	18
2.2.3 Inclusão Financeira	19
2.2.4 Sustentabilidade Financeira	21
2.2.5 Empreendedorismo	24
2.2.6 Pobreza.....	26
2.2.7 Exclusão Social.....	27
Capítulo 3: Metodologia de Investigação do Problema	29
3.2.2 Pesquisa Documental	33
3.2.3 Entrevistas Semiestruturadas	34
3.3.1 Operacionalização das Hipóteses do Estudo.....	34
Capítulo 4: Apresentação de Resultados	40
4.4 Resumo	53
5. Mutuários e a Implementação dos Objectivos do FDD no Distrito de KaTembe.....	55
5.4 Resumo	60
Capítulo 5: Conclusão	63
Referencias Bibliográficas	68
Figura 1 – Estratificação do Mercado.....	4
Lista de Quadros	
Quadro 2.2: Quadro Teórico para a Análise da Exclusão Social.....	28
Quadro 3.1: Diferenças entre os Paradigmas Qualitativo e Quantitativo.....	32

Capítulo 1: Introdução

O presente trabalho destina-se à obtenção do grau de Mestrado em Sociologia Rural e Gestão de Desenvolvimento. O estudo subordina-se ao tema “O Fundo Distrital de Desenvolvimento e os Seus Efeitos em Moçambique: O Caso do Distrito de KaTembe, Cidade de Maputo, 2009-2016.

A pesquisa debruçou-se em examinar em que medida os objectivos que nortearam a institucionalização do Fundo Distrital de Desenvolvimento estão sendo alcançados no Distrito de KaTembe, Cidade de Maputo no que diz respeito ao acesso por parte dos mutuários, o estímulo ao empreendedorismo local, a sua contribuição nos projectos de produção e comercialização dos alimentos, criação de postos de emprego permanentes e sazonais, a sua contribuição para o aumento de rendimento dos beneficiários e a melhoria do bem-estar económico e social dos mutuários do Distrito de KaTembe no período compreendido entre 2009 e 2016.

Estruturalmente, o trabalho está organizado em seis capítulos, para além do resumo, referência bibliográfica e recomendações, a saber:

O primeiro capítulo apresenta a introdução, onde fazemos a contextualização sobre o problema, também apresentamos os objectivos do estudo, as questões chaves, as hipóteses do estudo e as suas respectivas justificativas.

Na contextualização, fazemos o diagnóstico sobre a situação das finanças rurais em Moçambique, onde arrolamos as dificuldades de acesso aos serviços financeiros por parte dos cidadãos comuns e da população em geral, assim como algum resultado de investigação em países do continente asiático e sul-americano sobre soluções adequadas para reduzir a exclusão financeira de certos extratos sociais, e finalmente as soluções dos países africanos sobre este fenómeno.

O segundo capítulo se refere ao quadro conceptual e teórico do estudo, onde fazemos a definição de conceitos chave que serão usados no desenvolvimento do trabalho tendo em conta as vantagens e desvantagens destes. E ainda neste capítulo, avançamos o quadro teórico que vai sustentar o nosso trabalho.

O terceiro capítulo encontra a metodologia de investigação usada no trabalho, onde indicamos os métodos específicos utilizados na recolha de dados e, fizemos a operacionalização das hipóteses do estudo, identificação das variáveis independentes e dependentes e seus respectivos indicadores.

O quarto capítulo, trazemos as respostas das entrevistas do campo que versão sobre questões ligadas à aplicação criteriosa do manual de procedimentos e de gestão do Fundo Distrital de Desenvolvimento e a sustentabilidade financeira do mesmo.

No quinto capítulo, apresentamos respostas das entrevistas de campo, que versão sobre questões ligadas aos mutuários e a implementação dos objectivos do Fundo Distrital de Desenvolvimento no Distrito KaTembe.

O sexto capítulo contém a conclusão, as recomendações e por último encontramos referências bibliográficas.

1.1 Contextualização sobre o Problema

Os diagnósticos feitos sobre a situação das finanças rurais em Moçambique indicam que há dificuldades de acesso aos serviços financeiros, por parte dos cidadãos comuns e da população em geral (Banco de Moçambique, 2007; 2013a; 2013b; 2016; Nathan Associates, 2007; Conselho de Ministros, 2011a; 2013).

Os sectores do comércio e de prestação de serviços nas zonas urbanas estão a ser parcialmente, servidos através da recente expansão dos bancos comerciais, bancos de microfinanças e diversos tipos de microbancos (Banco de Moçambique, 2015; Zottel et. al., 2014). Todavia, nas zonas rurais, o acesso aos serviços financeiros e não financeiros não pode ser feito através dos critérios dos bancos comerciais, pois, estes se dirigem a entidades bancáveis: aquelas que dispõem de garantias e colaterais reais e que têm volumes de negócios que justificam a provisão de serviços financeiros, praticando taxas de juros comerciais.

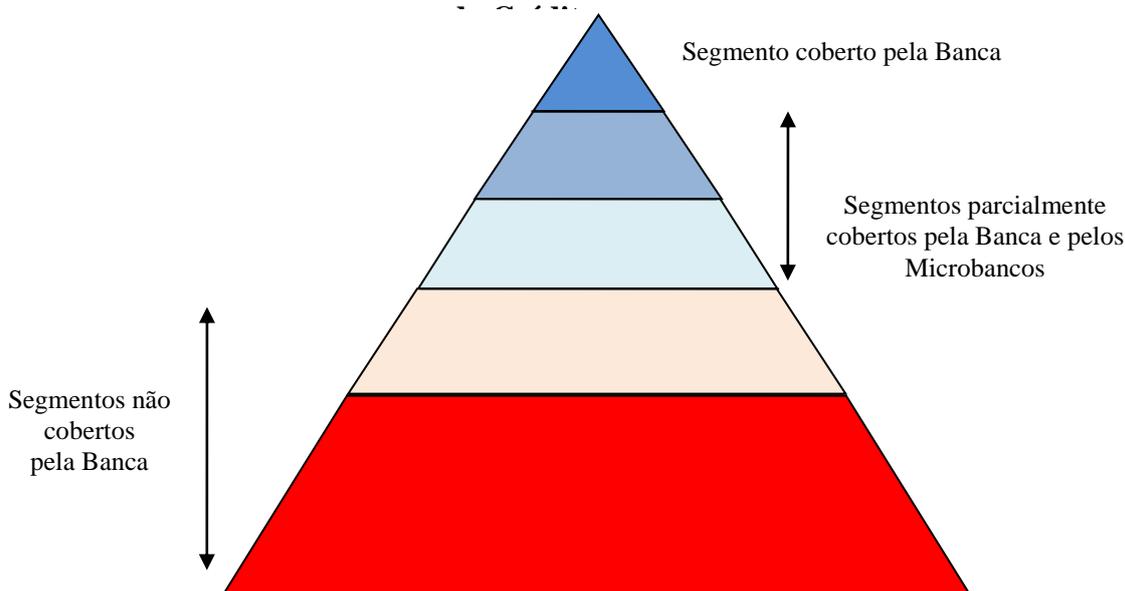
As soluções preconizadas para a superação destes constrangimentos têm variado em Moçambique e noutros países. O paradigma que comumente tem sido aplicado, desde os meados dos anos 90 é o de créditos ou microcréditos baseados no modelo do Grameen Bank do Bangladesh e de outros países com idênticos processos metodológicos como resposta às necessidades da população e dos pequenos empreendedores (Holcombe, 1995).

Os resultados de investigação em muitos países dos continentes asiáticos e sul-americano têm provado ser esta uma solução adequada para reduzir o ciclo vicioso da pobreza e da exclusão social e financeira que a população está sujeita, permitindo que muitos agregados familiares entrem na economia de mercado e participem na prestação de serviços financeiros e não financeiros para as suas próprias comunidades (Robinson, 1998; 2001; Jain and Moore, 2003).

Porém, a situação em África é substancialmente diferente e o paradigma aplicado noutros continentes não tem sido visto como uma melhor solução para as economias rurais da maior parte dos países da África subsaariana. Com efeito, o crédito e o microcrédito assentes no modelo do Grameen Bank tem satisfeito parcialmente alguns estratos da população, mas eles não têm sido capazes de alavancar as micro e pequenas iniciativas empresariais, com vista a promover o desenvolvimento local. Em alguns casos, tais créditos e microcréditos têm resolvido os problemas de sobrevivência de muitos agregados familiares, porém não têm sido capazes de apoiar iniciativas económicas empresariais sustentáveis que sirvam os interesses das comunidades locais (Besley, 1998; Greeley, 2006; de Klerk, 2008).

A situação ora descrita retrata os principais desafios que se levantam na criação de alternativas dos serviços financeiros clássicos nas zonas rurais em Moçambique. Constituem desafios, porque a maioria da população não tem os bens de garantia colaterais e outros requisitos que os bancos comerciais exigem para a concessão de financiamentos. Esta situação faz com que a maioria da população moçambicana seja excluída do acesso aos serviços financeiros formais disponíveis no país. A Figura 1.1 que se segue, ilustra o mercado de serviços financeiros e os estratos diferenciados que devem ser servidos.

Figura 1.1: Estratificação do Mercado



Fonte: Adaptado, IFAD (2003).

Todo o segmento inferior do mercado de crédito é considerado não bancável, pelo que não tem acesso aos serviços financeiros, tal como são concebidos pela banca. Este segmento é constituído por grande maioria da economia familiar, por micro-empresendedores que estão no sector informal e por organizações de produtores, dispondo apenas de garantias de grupo.

A Figura 1.1 acima também mostra, claramente, que a maioria da população que está na base da pirâmide, não tem acesso aos serviços financeiros e não-financeiros básicos, situação que reflecte a herança histórica colonial de promoção da exclusão social e financeira da população moçambicana, com consequências nefastas para o seu bem-estar social, económico e político e para a perpetuação da sua pobreza.

É neste contexto histórico, económico e político que a criação do Fundo Distrital de Desenvolvimento (FDD) deve ser situada (Conselho de Ministros, 2009). Com efeito, o Decreto N.º. 90/2009 do Conselho de Ministros articula, claramente, no seu Artigo 2, que o FDD “destina-se à captação e gestão dos recursos financeiros visando impulsionar o desenvolvimento e o empreendedorismo na satisfação das necessidades básicas das comunidades locais, mediante a concessão de empréstimos reembolsáveis”.

À luz do Decreto acima mencionado, O FDD tem três objectivos prioritários: (i) estimular o empreendedorismo de peçoas pobres, mas economicamente activas que não têm acesso ao crédito bancário, (ii) estimular as actividades de produção e comercialização de alimentos, criação de postos de trabalho permanentes e sazonais, assegurando a geração de rendimento e (iii) estimular outras acções que visem melhorar as condições de vida relacionadas com as actividades económicas e produtivas das comunidades (Conselho de Ministros, 2009: 2).

Decorridos oito anos desde a institucionalização do FDD em Moçambique, a questão que surge para avaliar os seus efeitos é a seguinte: em que medida a implementação da política do FDD está surtir os efeitos desejados?

1.2 Objectivos do Estudo

O objectivo geral deste estudo é de examinar em que medida os objectivos que nortearam a institucionalização do FDD estão sendo alcançados no Distrito de KaTembe, Cidade de Maputo. O objectivo específico do estudo é de avaliar se o acesso ao FDD por parte dos mutuários do Distrito de KaTembe surtiu e está surtindo os efeitos desejados: (i) estímulo do empreendedorismo local, (ii) a produção e comercialização dos alimentos, (iii) a criação de postos de emprego permanentes e sazonais, (iv) o aumento de rendimento dos beneficiários e (v) a melhoria do bem-estar económico e social dos mutuários do Distrito de KaTembe no período compreendido entre 2009 e 2016.

1.3 Questões-Chave e Hipóteses do Estudo

1.3.1 Questões-Chave do Estudo

As questões-chave deste estudo derivam dos seus dois objectivos que são:

- a) Em que medida a implementação da política o FDD está surtindo os efeitos desejados no Distrito de KaTembe, na Cidade de Maputo?
- b) Será que o acesso ao FDD por parte dos mutuários do Distrito de KaTembe está estimulando o empreendedorismo local, a produção e comercialização dos alimentos, a criação de postos de emprego permanentes e/ou sazonais, o aumento de rendimento dos beneficiários e a melhoria do bem-estar económico e social dos mutuários?

Estas são as duas questões que este estudo procura dar respostas nos Capítulos 4 e 5 desta dissertação.

1.3.2 Hipóteses do Estudo

Para responder às questões levantadas, este estudo parte das seguintes respostas hipotéticas:

Resposta Hipotética da Questão-Chave 1:

- O alcance dos objectivos definidos no FDD depende da aplicação criteriosa e flexível do Manual de Procedimentos do FDD e da sustentabilidade financeira do FDD.

Resposta Hipotética da Questão-Chave 2:

- Factores como (i) características sociodemográficas, (ii) rendimento, (iii) história de crédito e poupanças, (iv) elegibilidade e (v) compreensão sobre os princípios do funcionamento de crédito

por parte dos mutuários do FDD estimula o empreendedorismo local, a produção e comercialização dos alimentos, a criação de postos de emprego permanentes e/ou sazonais, o aumento de rendimento dos beneficiários e a melhoria do bem-estar económico e social dos mutuários do Distrito de KaTembe, Cidade de Maputo.

1.3.2.1 Justificação das Hipóteses Avançadas

A primeira hipótese baseia-se no entendimento de que o FDD é uma das políticas públicas deliberadamente formuladas pelo Governo de Moçambique, com vista a atingir os três objectivos que nortearam a sua concepção. Para que os tais objectivos sejam alcançados, é necessário que a sua implementação seja garantida pelos mecanismos flexíveis e legalmente enquadrados, de modo a assegurar uma gestão criteriosa e transparente dos recursos do Orçamento do Estado, dos reembolsos dos empréstimos e dos fundos concedidos por instituições nacionais e estrangeiras rumo à sustentabilidade financeira: (i) visão estratégica e liderança, (ii) capacidade de arrecadar receitas e (iii) capacidade de gestão financeira (León, 2001: 29-33).

A segunda hipótese fundamenta-se em elementos básicos para a análise das condições básicas de acessibilidade aos recursos financeiros de um mutuário. Já que o FDD é um fundo reembolsável, qualquer mutuário que pretenda aceder a este fundo deve reunir requisitos de idade mínima, rendimento (actividades alternativas de geração de rendimento), história de crédito e poupanças (participar num esquema de poupanças e ter experiência de crédito), elegibilidade (conhecer condições e normas acesso ao crédito e aos outros serviços financeiros) e compreensão dos princípios do funcionamento de crédito (entender a necessidade de pagar juros e ter formação em matéria de poupanças e crédito). Estas são as condições necessárias para que os mutuários de qualquer fundo tenham sucesso no alcance dos objectivos de estímulo do empreendedorismo local, do aumento de produção e comercialização dos alimentos, da criação de postos de trabalho e de geração de rendimento que conduzam à melhoria do bem-estar económico e social dos mutuários.

Capítulo 2: Quadro Teórico Conceitual e do Estudo

Quadro Teórico: Teorias de Base do Estudo

2.1.1 Teorias de Mudança

O quadro teórico apresentado neste subcapítulo tem como objectivo, sustentar teoricamente o estudo e para o efeito, optou-se pela teoria de mudança, a qual explica como uma intervenção (actividades, objectivos, planos, políticas, estratégias, insumos, produtos, resultados e impactos que devem ser implementados) pode contribuir para o alcance dos resultados desejados ou pretendidos. Ela explica como as actividades de uma política pública, de um projecto, programa ou qualquer outra intervenção podem contribuir para o alcance dos resultados desejados.

Contudo, Fidelx Kulipossa acautela que:

“A teoria de mudança não se limita apenas a listar as actividades, objectivos, insumos, produtos, resultados e impactos pretendidos sem qualquer explicação sobre como e porquê tais resultados e impactos serão alcançados. A teoria de mudança deve explicar como tais resultados e impactos serão alcançados, considerando o contexto e prevendo os constrangimentos que o alcance de tais resultados e impactos vai enfrentar” (Kulipossa, 2016: 3).

Ainda sobre a questão de teorias de mudança, Paul J. Gertler et. Al. afirmam que:

“Uma teoria de mudança é uma descrição sobre como uma intervenção é suposta a alcançar os resultados desejados. Ela descreve a lógica causal sobre como e porquê um determinado projecto, programa ou política vai alcançar os resultados pretendidos. ...Teorias de mudança representam uma sequência de acções que conduzem aos resultados; elas exploram as condições e os pressupostos necessários para que a mudança tenha lugar, tornam explícita a lógica causal por detrás do programa e mapeiam as intervenções ao longo de vias causais lógicas” (Gertler et. al., 2011: 22).

De maneira similar, Peter Woodrow e Nick Oatley afirmam que ‘Uma teoria de mudança explica porque pensamos que certas acções vão produzir mudança desejada num dado contexto’. Segundo Woodrow e Oatley, as teorias de mudança são expressas da seguinte forma:

Se nós fizermos X (acção), então produziremos Y (mudança positiva para o problema identificado). Ou

Nós acreditamos que ao fazermos X (acção) com sucesso, então produziremos Y (movimento em direcção ao objectivo/resultado desejado) (Woodrow and Oatley, 2013: 3).

Woodrow e Oatley explicam ainda que estas afirmações devem acrescentar a lógica desta racionalidade através de adição da palavra “porque”. Assim acrescentada, a fórmula fica: ‘Se fizermos X..., então Y..., porque Z...’ (Woodrow and Oatley, 2013: 3).

Woodrow e Oatley explanam, por outras palavras que se pode reconhecer as afirmações que expressam teorias de mudança através de afirmações deste tipo: ‘Se nós fizermos A, isto vai conduzir à B, que por sua vez conduzirá à C e finalmente à D porque E permitirá realizar, cumprir ou implementar Z’ (Woodrow and Oatley, 2013: 19).

Por sua vez, Iñigo Retolaza Eguren afirma que teorias de mudança são constituídas por oito elementos-chave: (i) identificação de problemas, (ii) definição de mudança desejada ou pretendida, (iii) análise do contexto, (iv) formulação das hipóteses (suposições) iniciais, (v) definição do caminho para mudança, (vi) formulação das estratégias necessárias para o processo de mudança, (vii) identificação dos indicadores para medição de mudança e (viii) definição dos mecanismos de monitoria, prestação de contas e sistemas de aprendizagem (Eguren, 2011: 47-50).

Cada um destes oito elementos-chave tem respectivas questões-chave que são utilizadas na análise de teorias de mudança, explícitas ou implícitas, de quaisquer programas, projectos, planos, políticas e estratégias das instituições públicas e privadas.

Considerando os oito elementos-chave das teorias de mudança já identificadas, este estudo aplica criticamente as questões-chave de cada uma delas para analisar as teorias de mudança explícitas e implícitas na política do Fundo Distrital de Desenvolvimento (FDD) no Manual de Procedimentos e de Gestão do FDD.

2.1.2 Teorias de Mudança Explícitas e Implícitas na Política do Fundo Distrital de Desenvolvimento (FDD)

Como uma política pública deliberadamente formulada, a criação do Fundo Distrital de Desenvolvimento (FDD) envolveu a articulação de teorias de mudança por parte do Governo. Envolveu articulação de teorias de mudança na medida em que o Governo identificou o problema que afecta a maioria da população moçambicana que é a exclusão financeira no acesso aos serviços financeiros e não-financeiros, da mudança desejada, do caminho para a mudança, da estratégia de implementação, dos

indicadores de monitoria e avaliação do progresso rumo ao alcance dos resultados pretendidos, e dos mecanismos de aprendizagem e prestação de contas.

O delineamento de todos estes elementos pelo Governo central, justifica o uso de teorias de mudança como o suporte principal desta dissertação. Recorre-se em seguida às questões-chave dos oito elementos de teorias de mudança para resumir as teorias de mudança explícitas e implícitas na política do FDD.

1. Identificação do Problema

O Decreto No. 90/2009, que cria o Fundo Distrital de Desenvolvimento (FDD), identifica claramente os problemas que nortearam a sua criação: exclusão financeira no acesso aos recursos financeiros e não financeiros, pobreza extrema, desemprego, relativa falta de empreendedorismo, relativa insegurança alimentar, deficientes mercados de produtos alimentares e insumos agrícolas, e deficientes infra-estruturas.

A identificação de todos estes problemas que afligem a população moçambicana, fez com que o Governo de Moçambique criasse o FDD, com vista a reduzir tais problemas e por meio desta redução criar os alicerces necessários para o bem-estar social e económico da população. Ao visualizar estes problemas, o Governo de Moçambique está explicitamente ou implicitamente a articular as teorias de mudança nos moldes definidos na Subsecção 2.2.1 desta dissertação de Mestrado, embora o Decreto No. 90/2009 Não tenha usado o termo de “teorias de mudança”.

2. Definição de Mudança Desejada

O Governo de Moçambique tem, face aos problemas identificados, uma clara visão sobre a mudança desejada. Com efeito, ao criar o FDD, o Governo de Moçambique pretende levar a cabo (i) acções que visem estimular o empreendedorismo, a nível local, de pessoas pobres, mas economicamente activas e que não têm acesso ao crédito bancário, (ii) actividades de produção e comercialização de alimentos, criação de postos de trabalho, permanentes ou sazonais, assegurando a geração de rendimento e (iii) outras acções que visem melhorar as condições de vida relacionadas com as actividades económicas e produtivas das comunidades (Conselho de Ministros, 2009: 2).

De maneira similar, o Governo de Moçambique identifica os principais actores que devem estar envolvidos na alocação, gestão e implementação do FDD e os seus beneficiários. Os órgãos de alocação, gestão e implementação do FDD são (i) o Conselho do Fundo Distrital, cujas atribuições são exercidas pelo Conselho Consultivo Distrital, (ii) o Presidente do Fundo e (iii) a Comissão Técnica de Avaliação

de Projectos. Os beneficiários do FDD são todas as pessoas pobres, mas economicamente activas e que não têm acesso ao crédito bancário.

Contudo, o Governo não determina o prazo (tempo) em que as mudanças desejadas devem ocorrer, provavelmente, em reconhecimento de que mudanças profundas em direcção a um bem-estar social da população levam tempo a se efectivar. O Governo central argumenta que as mudanças desejadas devem ocorrer ao nível das estruturas distritais responsáveis pela alocação, gestão e implementação do FDD, dos mutuários ou beneficiários do FDD e ao nível de todas as comunidades locais posto que os efeitos positivos resultantes da implementação do FDD nos distritos se repercutirão em todas as comunidades onde o FDD é implementado.

3. Análise do Contexto

Embora no Decreto No. 90/2009 esteja implícita a análise do contexto situacional, está claro que o Governo central tomou em consideração os contextos políticos, sociais e económicos que se vivem actualmente Moçambique: (i) contexto político multipartidário, (ii) economia de mercado e a sua livre competição, (iii) exclusão financeira e social a que a maioria da população moçambicana está sujeita e (iv) o contexto social caracterizado pela pobreza relativamente extrema.

Por isso, a priorização das actividades específicas a serem implementadas no âmbito do FDD parece ter tido em conta à conjuntura actual de Moçambique. Porém, o Governo central excluiu a análise de potenciais conflitos com operadores privados do sector financeiro, de parcerias público-privadas, de colaboração produtiva, e a análise de outras iniciativas que visam a melhoria de acesso aos recursos financeiros e não-financeiros em curso actualmente em Moçambique.

4. Formulação da Hipóteses Iniciais

As hipóteses iniciais subjacentes na teoria de mudança do Governo central aplicadas no FDD estão implícitas. Porém, uma leitura crítica tanto do Decreto No. 90/2009 e o seu Regulamento, como do Manual de Procedimento do FDD, fica claro que o Governo central partiu do pressuposto de que uma vez definidos os objectivos, as atribuições, os órgãos, as fontes de financiamento e os beneficiários do FDD, a sua implementação prática nos distritos de Moçambique iria surtir efeitos desejados.

De maneira similar, o Governo central está ciente de possíveis constrangimentos na implementação do FDD, por isso traçou algumas estratégias de contingência, com vista a reduzir tais constrangimentos. Isto está claramente expresso no Manual de Procedimentos do FDD. Contudo, o Governo central não podia, logicamente, identificar os problemas práticos que a implementação do FDD iria trazer nos contextos específicos de cada distrito de Moçambique.

5. Definição do Caminho para Mudança

O Manual de Procedimentos do FDD, que operacionaliza a implementação prática do FDD, definiu expressamente sete áreas prioritárias da intervenção do FDD: (i) produção e comercialização agropecuária, (ii) pesca, (iii) piscicultura, (iv) pequena indústria, (v) agro-indústria e pequenos sistemas de processamento, (vi) turismo rural e (vii) comércio (MAE et. al., 2011: 6). Estas áreas de intervenção do FDD são consideradas como as mais críticas e relevantes para o alcance das mudanças desejadas pelo Governo central e pelas comunidades.

Em cada uma destas áreas prioritárias, há objectos e metas estratégicas que devem ser alcançados pelos beneficiários do FDD a curto, médio e longo prazo. Estas áreas prioritárias também estão ligadas ao desenvolvimento local e têm impacto no combate à pobreza e elas estão em sintonia com os planos estratégicos do desenvolvimento dos distritos e dos planos de desenvolvimento estratégico do Governo central.

6. Formulação da Estratégia Necessária para o Processo de Mudança

Para o alcance de mudança desejada, o Governo central definiu claramente uma estratégia para induzir o processo de mudança. A estratégia do Governo central consistiu na definição da sua natureza, objectivos, atribuições, princípios, órgãos e funcionamento, financiamento, gestão e contas do FDD.

No Manual de Procedimentos do FDD, o Governo central operacionaliza a estratégia do processo de mudança através da especificação de critérios de elegibilidade dos beneficiários, áreas prioritárias da intervenção do FDD, critérios de elegibilidade dos projectos a serem financiados pelo FDD, a gestão orçamental e contabilística, o controle interno e externo, os limites do financiamento dos projectos elegíveis e taxas de juro, a monitoria e avaliação dos projectos e do FDD, a operacionalização dos empréstimos, o processo de amortização dos empréstimos (reembolsos), os instrumentos de operacionalização do FDD, os instrumentos de construção do processo de empréstimos, a assistência técnica e administrativa e as obrigações tributárias.

Todos estes elementos da estratégia e da sua operacionalização prática visam desenvolver as capacidades sociais, políticas e de comunicação dos actores envolvidos na implementação do FDD, inculcando novas dinâmicas no sector financeiro de Moçambique e, promover mecanismos de participação, prestação de contas, aprendizagem e tomada de decisões efectivas com vista a garantir a implementação bem-sucedida do FDD e uma maior inclusão financeira e social das comunidades locais.

7. Identificação dos Indicadores para a Medição de Mudança

Como foi sublinhado no item anterior, o Manual de Procedimentos do FDD operacionaliza os elementos-chave da estratégia de mudança preconizado pelo Governo central. Na parte concernente à monitoria e avaliação, o Manual de Procedimentos orienta os distritos a fornecerem dados básicos sobre a quantidade dos projectos financiados anualmente pelo FDD, a quantidade de empreendedores que emergiram como resultado da implementação do FDD, a quantidade de produtos agrícolas produzidos e comercializados, a quantidade de postos de trabalho permanentes e sazonais criados e, as características qualitativas sobre a melhoria do bem-estar dos mutuários. Estes são indicadores básicos de mudança que são também utilizados neste estudo e que estão bem reflectidos nos Capítulos 4 e 5.

8. Mecanismos de Monitoria, Prestação de Contas e Sistemas de Aprendizagem

O Manual de Procedimentos do FDD criou mecanismos claros de monitoria e prestação de contas no processo de implementação prática do FDD em todos os distritos de Moçambique. Com efeito, a monitoria e avaliação da implementação do FDD é feita ao nível distrital, provincial e central (MAE et al., 2011: 11-12).

Ao nível dos distritos, verifica-se um acompanhamento permanente dos projectos financiados e que estão a ser implementados pelos mutuários que se beneficiaram do financiamento. Esta monitoria e avaliação feita pelos membros dos Conselhos Consultivos Distritais e dos membros da Comissão Técnica de Avaliação dos Projectos do FDD.

Ao nível das províncias, a monitoria e avaliação é feita trimestralmente pelas equipas da Direcção Provincial do Plano e Finanças (actualmente, Direcção Provincial de Economia e Finanças).

Ao nível central, a monitoria e avaliação é realizada trimestralmente pelas equipas de técnicos dos Ministérios de Administração Estatal e Função Pública e da Economia e Finanças.

Quando os actores intervenientes destes três níveis constatarem quaisquer constrangimentos no processo de implementação do FDD, eles são analisados e identificados as suas causas e depois são tomadas

medidas de correção e os necessários ajustamentos são feitos com vista a garantir a sua implementação desejada.

Porém, o Manual de Procedimentos do FDD não especifica de forma clara como é que a aprendizagem ou experiência adquirida no processo de implementação do FDD deve ser disseminada e difundida ao nível de todo o país as melhores práticas de implementação do FDD provenientes de alguns distritos, pois devem ser extrapoladas para os distritos que apresentam pouco desempenho na implementação do FDD.

Embora os elementos-chave de teorias de mudança estejam claros e explícitos no FDD, parece existir ainda algumas lacunas nas teorias de mudança do Governo central que nortearam a criação do FDD.

2.2 Quadro Conceitual: Definição de Conceitos-Chave do Estudo

O presente subcapítulo busca apresentar os conceitos-chave que corporizam o estudo. O objectivo da definição dos conceitos têm em vista facilitar a compreensão dos mesmos, a fim de perceber a sua relação com o tema em estudo.

2.2.1 Descentralização

Segundo Freitas de Amaral (2006), chama-se descentralização o sistema em que a função administrativa esteja ou não apenas ao Estado, mas também a outras pessoas colectivas territoriais - designadamente, autarquias locais. A existência de autarquias locais, como pessoas colectivas distintas do Estado, implica a juridicamente existência da descentralização, em sentido político-administrativo, quando os órgãos das autarquias locais são livremente eleitos pelas respectivas populações quando a lei os considera independente na orbita das suas atribuições e competências, e quando estiverem sujeitos a formas atenuadas de tutela administrativa, em regras restritas ao controlo da legalidade. Segundo Amaral, existem inúmeros graus de descentralização, do ponto de vista jurídico, esses graus são os seguintes:

- a) Simples atribuição de personalidade jurídica de direito privado. É uma forma moralmente embrionária de descentralização;
- b) Atribuição de personalidade jurídica e direito publica. Aqui, sim, começa a verdadeira descentralização administrativa;
- c) Além da personalidade jurídica de direito publico, atribuição de autonomia administrativa (transferência do poder “tomada de decisão”, funções e recursos do governo central para governos locais, que são eleitos pelas comunidades locais e prestam contas às elas. Este tipo de

descentralização envolve a cedência de personalidade legal, áreas de competência legalmente definidas, autonomia de cobrar impostos, incluindo o direito de ter orçamento e competência legislativa).

- d) Além da personalidade jurídica de direito público e autonomia administrativa, atribuição de autonomia financeira (transferência de recursos fiscais para os escalões inferiores do governo. Esta transferência, cede influência sobre orçamentos e decisões financeiras, que podem ser confiadas às entidades de nível local, mas que só prestam contas aos escalões superiores, ou aos nomeados não-eleitos, escolhidos superiormente).
- e) Além estas três anteriores, atribuição de faculdades regulamentares;
- f) Para além de tudo o que ficou enumerado, atribuição também de poderes legislativos próprios. Aqui já estamos na contralimização política.

A descentralização administrativa é dirigida aos órgãos locais do estado: províncias, distritos, postos administrativos, e localidades (veja a Lei No. 8/2003 e o Regulamento No. 11/2005) (Assembleia da República, 2005).

A descentralização democrática (política) é dirigida às autarquias locais (ou municípios) (veja a Lei No. 2/97 sobre autarquias locais) (Assembleia da República, 1997).

A descentralização fiscal em Moçambique envolve a desconcentração de recursos financeiros para as províncias e para os distritos. Actualmente, as províncias e os distritos, à luz da Lei 8/2003 e o respectivo regulamento, são unidades orçamentais. Por exemplo, a institucionalização do Fundo Distrital de Desenvolvimento (FDD), vulgo “7 Milhões”, em Moçambique faz parte da descentralização fiscal (Conselho de Ministros, 2009). Este facto é lógico, pois a desconcentração ou descentralização administrativa pressupõe transferir a governação para perto das pessoas, facto que ~~isto~~ requer o fortalecimento das finanças dos governos provinciais e distritais.

A ideia é de partilhar com as instituições locais o poder de tributação e responsabilização no dispêndio de diversos recursos à sua disposição, permitindo que elas decidam sobre o nível e a estrutura dos seus orçamentos. Pressupõe-se, deste modo, que com a descentralização fiscal, as instituições locais terão maior capacidade de resposta às exigências da população em termos de prestação de melhores serviços, de maneira que ela possa estar mais satisfeita e participe activamente na vida política e económica do país.

2.2.1a) A Importância da Descentralização

A relevância da descentralização para um país remete-nos para esta questão central: porquê descentralizar?

As razões que levam os países a se empenharem na descentralização são diversas. Dentre elas incluem: a educação política, formação em liderança política, estabilidade política, igualdade política, prestação de contas, responsabilização, melhor tomada de decisões e coordenação inter-organizacional, e promoção de competição económica (Smith, 1985: 18-30). Como é que cada um destes benefícios se concretiza?

Segundo Brian Smith, estes benefícios políticos, económicos e de gestão da descentralização concretizam-se das seguintes maneiras:

1. A educação política ensina as massas acerca do papel do debate político, da selecção dos representantes políticos, da natureza das políticas públicas, dos planos e orçamentos numa democracia.
2. A formação em liderança política cria um viveiro para futuros líderes políticos, que desenvolvem aptidões para a formulação de políticas, operações de partidos políticos, e orçamentação, facto que resulta no fortalecimento da qualidade dos dirigentes políticos.
3. A estabilidade política é assegurada pela participação de todos os cidadãos na política formal do país através da votação e outras práticas (por ex., apoio activo a um partido), o que fortalece a confiança do governo, através do qual “a harmonia social, o espírito da comunidade e a estabilidade política” são alcançados. Além disso, um mecanismo é criado para preparar as massas para profundas mudanças sociais e económicas no processo de desenvolvimento.
4. A igualdade política que provém da maior participação política reduz a probabilidade da concentração (monopolização) do poder. A descentralização dispersa o poder de maneira alargada, tornando-se num mecanismo que satisfaz as necessidades dos pobres e marginalizados.
5. A prestação de contas é fortalecida porque os representantes locais são mais acessíveis para a população e eles são obrigados a prestar contas pelas suas políticas e seus resultados do que os dirigentes distantes de nível central (funcionários públicos). O voto nas eleições locais é o único mecanismo para a população manifestar a sua satisfação ou insatisfação com o desempenho dos seus representantes.

6. A responsabilização do governo é melhorada porque os representantes locais estão em melhores condições de conhecer as exactas necessidades locais e como eles podem satisfazê-las com baixo custo.

7. Tomada de decisão melhorada e a coordenação inter-organizacional são melhor alcançadas quando as responsabilidades e os poderes forem claramente definidos e distribuídos entre as instituições centrais e locais com vista a garantir complementaridades produtivas.

8. A promoção da competição económica é alcançada quando os benefícios do lado de oferta e de procura provém do pluralismo institucional, que por sua vez conduz à eficiência económica (Smith, 1985: 30-37).

Os oito benefícios da descentralização acima referidos podem ser integrados em três grandes valores: (i) valores políticos, (ii) valores de governação, e (iii) valores de eficiência (Wolman, 1990: 30).

Valores políticos: a descentralização é vista como meio de dispersão do poder político a largos segmentos da população com vista a permitir que ela exerça o poder numa escala limitada. Isto significa institucionalização de governos locais democráticos através de eleições locais (por ex., nos municípios), maior participação dos cidadãos na vida política do país, aprofundamento da democracia local, e a transformação de localidades em berços da democracia.

Ainda relacionado com os valores políticos são argumentos dos teóricos de gestão (Boston et. al., 1996). Para eles, a descentralização é desejável porque ela conduz a uma melhor tomada de decisões, coordenação inter-organizacional, e a elaboração de planos específicos locais que conduzem a uma maior eficiência e eficácia na implementação de políticas económicas e sociais (Turner and Hulme, 1997: 156).

Valores de governação: por causa da sua capacidade de dispersar o poder entre as estruturas ou escalões do governo, a descentralização tem o potencial de promover a responsabilização e prestação de contas, participação política, educação, liderança, igualdade política, e tomada de decisões mais flexíveis. Isto também contribui para a melhoria da eficácia do governo central que por mecanismos de fiscalização avalia o seu desempenho e reduz os antagonismos entre as instituições centrais e locais (Wolman, 1990: 30-36).

Valores de eficiência: a descentralização promove a competição e eficiência. Por ex., a provisão de alguns bens e serviços públicos é eficiente quando um grande número de instituições estão envolvidas, e

desta forma, oferecendo aos cidadãos maiores opções e escolhas (Rondinelli et. al., 1989: 59; Bailey, 1999: 39).

Este aspecto está também ligado à mobilização dos recursos e ao tamanho da jurisdição. A institucionalização dos governos locais é útil para a mobilização dos recursos, pois eles têm vantagens comparativas na identificação de impostos de propriedade e outros impostos ao nível local.

Segundo, os governos locais têm capacidade eficaz de dar preço aos serviços que fluem aos cidadãos, resultando em jurisdições eficientes e propiciando incentivos para experimentar várias formas de cooperação intergovernamental na provisão de serviços (Ebel and Vaillancourt, 2001: 159).

Não obstante, estes potenciais benefícios, a descentralização tem também os seus problemas (Kulipossa, 2004: 770). Quais são as desvantagens da descentralização?

2.2.1b) Desvantagens da Descentralização

As principais desvantagens da descentralização são: intensificação das forças de separação territorial (secessão) e identidades étnicas; instabilidade política; captura ou usurpação do poder pelas elites locais; disparidades de rendimento entre as regiões; instabilidade macroeconómica causada pelos défices orçamentais; irresponsabilidade fiscal dos governos locais; e endividamento dos governos locais (Turner and Hulme, 1997: 158; Prud'homme, 1995; Manor, 2001: 7).

Por isso, a forma como a descentralização toma e a maneira como ela é desenhada e implementada varia substancialmente entre os países e tal variação está em função (ou provém) das características históricas, culturais, políticas, económicas, institucionais e fiscais de cada país. Isso também explica porque não há uniformidade entre os países no que concerne à formulação (desenho) e implementação das políticas e estratégias da descentralização (Kulipossa, 2004).

2.2.2 Fundo Distrital de Desenvolvimento

Segundo os Artigos 1 e 2 do Decreto No. 90/2009, o Fundo Distrital de Desenvolvimento (FDD) é:

“Uma instituição pública dotada de personalidade jurídica, autonomia administrativa e financeira... O Fundo Distrital de Desenvolvimento destina-se à captação e gestão de recursos financeiros, visando impulsionar o desenvolvimento e o empreendedorismo na satisfação das necessidades básicas das comunidades locais, mediante a concessão de empréstimos reembolsáveis” (Conselho de Ministros, 2009: 1).

O FDD tem como objectivo principal financiar: (i) acções que visem estimular o empreendedorismo, a nível local, de pessoas pobres mais economicamente activas e que não têm acesso ao crédito bancário; (ii) actividades de produção e comercialização de alimentos, criação de postos de trabalho, permanentes ou sazonais, assegurando a geração de rendimento; e (iii) outras acções que visem melhorarem as condições de vida relacionadas com as actividades económicas e produtivas das comunidades (Conselho de Ministros, 2009: 2).

O Regulamento do FDD detalha a natureza, os diversos objectivos, as atribuições e os princípios do uso e acessibilidade para os seus beneficiários e os procedimentos e os mecanismos da sua gestão. Com efeito, o Conselho de Ministros reitera que o FDD visa promover, consolidar, expandir e desenvolver boas práticas de gestão participativa, com transparência, equidade, eficiência e efectividade no quadro dos esforços para o desenvolvimento local e das comunidades (Parágrafo 3 do Artigo 3 do Regulamento do FDD; Conselho de Ministros, 2009: 1).

2.2.3 Inclusão Financeira

Estudos feitos pelo Banco de Moçambique (2007, 2011; 2013; 2014; 2016) e outros actores do sector financeiro moçambicano (Conselho de Ministros, 2011; 2013; Zottel et. al., 2014) têm constatado que determinados seguimentos da população do país não se têm beneficiado dos bens e serviços existentes no sistema financeiro nacional.

Os principais factores que contribuem para a exclusão financeira da maioria da população moçambicana, incluem a falta de infra-estruturas económicas básicas (estradas asfaltadas, electricidade, serviços de telecomunicações, saneamento básico), fraco potencial económico (presença reduzida de unidades empresariais, pouca actividade económica geradora de rendimento e baixa densidade populacional), falta de infra-estrutura financeira (centrais de registo de crédito privados e centrais de registo de garantias e colaterais) e pequenas e médias empresas (PMEs) com baixa produtividade e retorno de capital, baixo nível de poupança, deficientes mercados de insumos e produtos, falta de infra-estrutura básica para comercialização, limitada capacidade de armazenamento e grande dispersão geográfica em pequenas unidades produtivas (Banco de Moçambique, 2016: 14-15).

É neste contexto que se situa o debate em torno da definição do conceito de inclusão financeira em Moçambique. Com efeito, a experiência de outros países mostra que o acesso da população a produtos e serviços financeiros é um factor gerador de desenvolvimento socioeconómico e político dos cidadãos, criando um círculo virtuoso que promova o crescimento, que por sua vez propicia uma maior

participação da população no sistema financeiro. A inclusão financeira possibilita a aplicação da poupança no sistema financeiro formal, contribuindo desta forma para a eficiência das instituições de crédito e a política monetária e promovendo o financiamento do investimento e crescimento económico. Desta forma, um sistema financeiro inclusivo contribui para a afectação eficiente dos recursos produtivos.

Cientes da relevância da inclusão financeira para o desenvolvimento dos países, a Organização para a Cooperação Económica e Desenvolvimento (OECD) e a Rede Internacional em Educação Financeira (INFE) definiram a inclusão financeira como:

“... O processo de promoção do acesso adequado, atempado e a custos reduzidos a um conjunto de produtos e serviços financeiros regulados e a sua utilização pelos diversos segmentos da população, através de medidas inovadoras e adaptadas de sensibilização e formação financeira. O objectivo desta actuação é aumentar o bem-estar financeiro e a inclusão económica e Social” (OECD/INFE, 2012: 6).

Não obstante, o conceito de inclusão financeira pode ter maior ou menor abrangência quanto aos bens e serviços financeiros tidos essenciais e quanto à qualidade da sua utilização, dependendo dos contextos específicos de cada país. A definição de inclusão financeira que cada país adopta, reflecte muitas vezes os objectivos que cada país almeja atingir, para que seja possível a avaliação dos resultados da política e estratégia de inclusão financeira. Isto conduz-nos ao contexto de Moçambique.

Tendo em conta os resultados convergentes sobre os factores de exclusão financeira prevaletentes em Moçambique, como é que o Banco Central define a inclusão financeira?

Numa comunicação apresentada no Workshop sobre a ‘Inclusão e Formação Financeira’ em Lisboa em Julho de 2013, o Banco de Moçambique definiu o conceito de inclusão financeira como “... O processo de acesso e uso efectivo de serviços e produtos financeiros formais, por toda a população, contribuindo para o aumento da sua qualidade de vida e bem-estar social’. Na mesma comunicação, o Banco de Moçambique aferiu o Índice de Inclusão Financeira com base em três dimensões: acesso geográfico (disponibilidade geográfica), acesso demográfico (disponibilidade demográfica) e uso (intensidade de utilização dos produtos e serviços financeiros)” (Banco de Moçambique, 2013).

Os diagnósticos e a medição da dimensão da exclusão financeira e a identificação dos factores que contribuem para tal exclusão financeira permitiram ao Banco de Moçambique (BM) aferir não só o grau de inclusão financeira, mas também estabelecer metas e estratégia de inclusão financeira em Moçambique, incluindo os indicadores de monitoria e avaliação na implementação da Estratégia Nacional de Inclusão Financeira, 2016-2022.

Nessa Estratégia, o Banco de Moçambique define inclusão financeira como: “Processo de conhecimento, acesso e uso efectivo de produtos e serviços financeiros, fornecidos por instituições reguladas, por toda a população moçambicana, contribuindo para o aumento da sua qualidade de vida e bem-estar” (Banco de Moçambique, 2016: 20).

Desta forma, o Banco de Moçambique enfatiza uma definição de inclusão financeira assente no conhecimento, no acesso, no uso efectivo e na qualidade de bens e serviços financeiros em prole do bem-estar social, económico, político e cultural da população moçambicana rumo ao desenvolvimento multifacetado do país.

Além dos indicadores acima mencionados, o Banco de Moçambique define claramente três pilares (acesso e uso dos serviços financeiros, fortalecimento da infra-estrutura financeira e protecção do consumidor e educação financeira) e cinco condições imprescindíveis (coordenação interinstitucional, ambiente jurídico-legal adequado, infra-estrutura básica, ambiente macroeconómico favorável e compromisso do sector financeiro) para a promoção da inclusão financeira em Moçambique. A ênfase destes elementos reflecte o contexto específico de Moçambique e os objectivos que o Governo e o Banco de Moçambique pretendem atingir com a implementação da Estratégia Nacional de Inclusão Financeira em Moçambique.

Para o presente estudo privilegiou-se a definição do conceito de inclusão financeira feita pelo Banco de Moçambique, pelo facto de se focalizar ao combate das cinco causas principais da exclusão financeira: (i) exclusão de acesso ou exclusão por circunstâncias que dificultam ou impedem o acesso, (ii) exclusão de condição ou exclusão determinada pelas próprias características dos produtos e serviços financeiros comercializados, (iii) exclusão determinada pelo preço dos produtos e serviços comercializados ou exclusão de preço, (iv) exclusão resultante de objectivos comerciais das instituições de crédito ou exclusão comercial e (v) auto-exclusão, quando, por receio de rejeição ou outras barreiras psicológicas, é o próprio indivíduo que opta por se excluir do sistema financeiro formal (Kempson and Whyley, 1999; Kempson et. tal., 2000).

2.2.4 Sustentabilidade Financeira

Na linguagem comum, ser sustentável é conseguir gerir os recursos disponíveis da melhor forma possível. Mas o conceito de sustentabilidade se aplica a todas as áreas onde os recursos são escassos. Por exemplo, na área de estudos de desenvolvimento fala-se de desenvolvimento sustentável (DS). A Comissão Mundial de Meio Ambiente e Desenvolvimento (WCED) define desenvolvimento sustentável

(DS)¹ Como, “... Desenvolvimento que satisfaz as necessidades da geração actual, sem comprometer a capacidade das gerações futuras de satisfazer as suas próprias necessidades” (WCED, 1987: 43).

A WCED destaca dois conceitos:

- O conceito de “*necessidade*”, quando se refere à transformação dos recursos naturais para a satisfação das necessidades essenciais humanas;
- A ideia de “*limitações*” impostas pelo estágio da tecnologia e pela organização social sobre a capacidade de o meio ambiente satisfazer as necessidades actuais e futuras (WCED, 1987: 43).

Esta acepção do DS é relativamente holística, pois incorpora elementos de justiça, equidade inter-relacional, crescimento económico, conservação e protecção dos recursos naturais, a biodiversidade e harmonia ecológica que qualquer processo de DS deve ter. Com efeito, investigações correntes sobre o conceito de DS têm inovações essenciais que se baseiam nesta concepção da Comissão Mundial de Meio Ambiente e Desenvolvimento.

Estudos actuais sobre o DS contribuíram na formulação feita pela WCED através de adição de novas dimensões da sustentabilidade tais como geo-ambiental, social, económica, político-institucional e informação e conhecimento, incluindo os determinantes do DS (Krama, 2008: 27-30).

Porém, na área financeira, sustentabilidade financeira é, “... A capacidade de uma organização de obter ou arrecadar receitas (na forma de doações ou outras formas) para manter processos produtivos (projectos) em andamento ou em expansão, visando produzir resultados desejados (realizar a sua missão e alcançar as metas ou os objectivos)” (León, 2001: 11).

Os principais pilares da sustentabilidade financeira são: (i) planeamento estratégico e financeiro, (ii) diversificação dos rendimentos, (iii) administração e finanças saudáveis e (iv) geração de rendimento próprio (León, 2001: 15-21). Os indicadores-chave de cada um destes pilares da sustentabilidade financeira foram identificados na Subsecção 3.1.2 desta dissertação.

¹ Para debates mais detalhados e profundos sobre o conceito de ‘desenvolvimento sustentável’ veja Adams (1992); Bartelms (1994), Lélé (1991), Krama (2008) e Woodhouse (2000), só para mencionar alguns estudiosos do desenvolvimento sustentável.

León (2001) sustenta que Sustentabilidade Financeira é a capacidade de uma organização obter receitas para manter processos produtivos em andamento ou em expansão, visando produzir resultados (realizar sua missão, alcançar metas ou objectivos).

Em outras palavras, o objectivo central de uma organizacao reside nos resultados que ela deseja alcançar. Para alcança-los, ela precisa ter uma capacidade de captar recursos que permitem efectiva implementação de projectos e de actividades que garantam o cumprimento de sua meta.

No nosso estudo foi analisado se os projectos apresentados pelos mutuários, que forem aprovados e financiados pelo FDD, são orçamentados adequadamente para permitir a sua melhor implementação. O autor que temos vindo a citar acrescenta que se tentássemos que explicar o mesmo conceito a partir de uma perspectiva contabilística, diríamos que o empréstimo e as vendas representam as receitas brutas. Os custos directos dos projectos são deduzidos dessa receita e o resultado representa margem bruta da organização (p.35).

Na nossa pesquisa procurou-se verificar se o conselho consultivo distrital tem hábito de registo das suas operações. Esta ferramenta é de extrema importância para as Pequenas e Medias Empresas (PME) pois, ajuda os gestores a verificar se a actividade desenvolvida gera ou não lucros, sem que se tenha de se envolver em sistemas de contabilidade complexos.

Sustentabilidade Financeira significa longevidade da organização. Apesar dos projectos financiados pelo FDD não têm longevidade, morrendo, vezes sem conta, antes de começar suas actividades, o FDD como politica pública do estado para a redução da exclusão financeira das população residentes na zona rural esta dar efeitos na medida em que com base nos reembolsos dos mutuários o conselho consultivo distrital consegue beneficiar outros projectos.

No nosso estudo sobre o FDD, procurou-se entender que planeamento estratégico foi feito pela Equipa Técnica Distrital (ETD), CCD e pelo Governo Distrital para que os fundos alocados fossem sustentáveis? Se houve monitoria adequada e assistência técnica apropriada ao ramo de actividade desenvolvido.

Na operacionalização do FDD, existem normas instituídas pelo governo Central, ou seja critérios de elegibilidade dos beneficiários, critérios de elegibilidade de projectos a serem aprovados e financiados, limites de financiamentos de projectos elegíveis, as taxas de juro a serem aplicadas no acto de reembolso dos valores concedidos, a questão de monitoria e avaliação de projectos e assistência técnica dos mesmos.

Ao nível do distrito verifica-se um acompanhamento permanente dos projectos financiados e que estão a ser implementados por mutuários que se beneficiaram do financiamento

O governo Distrital tem um plano estratégico que inclui um plano financeiro institucional de longo prazo (ProMaputo), que é actualizado anualmente, mediante a elaboração do Plano Económico e Social do Distrito,

O conselho consultivo Distrital no acto no acto das deliberações tem tido como base os instrumentos que orientam o FDD (Manual de Procedimentos, o plano estratégico Distrital e o plano financeiro).

O Conselho Consultivo Distrital tem um plano nível do distrito verifica-se um acompanhamento permanente dos projectos financiados e que estão a ser implementados por mutuários que se beneficiaram do financiamento.

2.2.5 Empreendedorismo

Na linguagem de senso comum, o termo “empreendedorismo”, refere-se ao acto de fazer algo novo e diferente dentro de um mercado, de uma empresa ou para sociedade. Sob o ponto de vista desta percepção, o termo empreendedorismo está intrinsecamente relacionado com a criatividade e inovação, porque significa a habilidade de uma pessoa de produzir novos bens e serviços, novos métodos de produção, novas formas de organização com vista a gerar negócios lucrativos. Empreender significa agregar valor, saber identificar oportunidades e transformá-las em negócios lucrativos.

Contudo, o economista que introduziu o conceito de empreendedorismo no vocabulário das ciências sociais – Joseph Schumpeter (1942) fê-lo com um objectivo analítico bastante forte, caracterizar a essência do capitalismo e usar tal essência como um indicador principal que distingue as sociedades capitalistas das não capitalistas.

Baseando a análise das sociedades capitalistas na sua teoria de “destruição criativa”, Schumpeter argumentou que o empreendedor é uma pessoa versátil, que possui habilidades técnicas para produzir, que consegue reunir recursos financeiros, organizar operações internas e vender bens e serviços da sua empresa (Schumpeter, 1942; Hunt, 2002; Castor e Zugman, 2009).

Com efeito, Schumpeter usou o termo empreendedor para designar o agente responsável do processo de “destruição criativa”. Para este autor, “destruição criativa” ou “destruição criadora”, é o processo de substituição de velhos produtos, empresas e práticas que tornam obsoletos e deixam de existir perante inovações e exigências do mercado (Schumpeter, 1942). Em virtude da introdução de novos produtos e serviços, da criação de novas formas de gestão ou da exploração de novos recursos, materiais e tecnologia, os empreendedores são agentes de mudança porque destroem a ordem económica existente através do recurso àqueles meios, assumindo riscos nos mercados económicos em constante transformação, crescimento e cada vez mais competitivos e exigentes (Chiavenato, 2007: 18).

As reflexões iniciais formuladas por Schumpeter serviram de base para as definições correntes do conceito de empreendedorismo, incluindo as características e os tipos de empreendedores há actualmente nas sociedades contemporâneas.

Socorrendo-se nas formulações de Schumpeter (1942) e outros autores correntes (Dornelas, 2007; Gerber, 1996; 2004; Leite, 2000), este estudo define o empreendedorismo como investigação voltada para a promoção de competências e habilidades relacionadas com a criação, abertura e gestão de projectos (técnico, empresarial, científico) e a transformação das oportunidades existentes na sociedade em negócios lucrativos.

Com base nesta acepção, o empreendedor caracteriza-se pela criatividade, capacidade de organização e planificação, responsabilidade, capacidade de liderança, habilidade de trabalhar em equipa, visão estratégica, coragem de assumir riscos, interesse em buscar novas informações, soluções e inovações para o seu negócio, persistência, saber ouvir as pessoas e facilidade de comunicação e expressão.

A literatura existente sobre a temática distingue vários de empreendedores, incluindo empreendedor nato, que aprende empreendedor serial, corporativo, social, por necessidade, herdeiro e empreendedor normal (Dornelas, 2007: 11-16).

No Capítulo 4 deste estudo identifica-se os principais tipos de empreendedores no distrito de KaTembe. Para o efeito, este estudo socorreu-se da estrutura conceitual de indicadores baseados em três dimensões: (i) determinantes (acesso ao financiamento, acesso à investigação e desenvolvimento e tecnologias, capacidades empreendedoras, condições de mercado, enquadramento legal e cultura), (ii) desempenho empreendedor (indicadores sobre empresas, empregos e riqueza) e (iii) impactos (valor criado pelo empreendedorismo em termos de geração de emprego, crescimento económico e redução da pobreza (OECD, 2007).

2.2.6 Pobreza

O termo pobreza deriva da palavra pobre, segundo a sua etimologia, provém do latim “pauper”, que de pau, que significa “pequeno” e “pario”, significando “dou à luz” e originariamente refere-se a terrenos agrícolas ou gado, que não produzem o desejado.

O conceito de pobreza desde os tempos remotos tem sido objecto de acesos debates de diversos autores no mundo, tendo em conta que esta não só afecta os chamados países em via de desenvolvimento, como também os países desenvolvidos. Entretanto, a abordagem deste conceito na sua vertente macroeconómica não se afigura uma tarefa fácil, por se tratar de um conceito complexo e multidimensional, todavia a sua discussão deve ter em conta os diferentes indicadores no contexto espaço-temporal, pois, pobreza numa determinada sociedade, pode não sê-lo numa outra, daí que a sua definição deve ser relativizada no mundo.

Senão vejamos, as diferentes maneiras de abordar o conceito de pobreza: Segundo o dicionário de economia define pobreza como “estado de carência em que vivem indivíduos ou grupos populacionais, impossibilitados por insuficiência de renda ou inexistência de bens de consumo, de satisfazer suas necessidades básicas de alimentação, moradia, vestuário, saúde e educação” (Sandroni, 2002:406). Ela é reconhecida como multidimensional.

Não havendo motivo para limitar a um conceito e medida de vulnerabilidade, renda, consumo ou outras dimensões monetárias - métricas, mesmo quando se utiliza o método quantitativo Dercon (2001). Mas também pode ser definida como *déficit*: falta de alguma coisa, como alimento, abrigo, oportunidade, emprego, entre outros.

Esta visão é deficiente, pois parece que, se a pessoa obtiver o que falta a ela, deixará de ser pobre. Isso geralmente acarreta em doações aos pobres, não melhora autoestima e a pessoa não é tratada como ser humano; (ii) Pobreza como situação embaraçosa, diversos fatores podem deixar a pessoa em situação penosa, tais como pobreza material, fraqueza física, solidão, vulnerabilidade e falta de poder, além da pobreza de espírito e falta de espiritualidade; (iii) Pobreza como falta de acesso ao poder social, distância das instâncias decisórias, do Estado, da comunidade política, das corporações económicas e sociedade civil; (iv) Pobreza como falta de empowerment (“empoderamento”): os pobres estão aprisionados em uma complexa moldura ou sistema cultural, social, biofísica, pessoal e espiritual;

Segundo Amartya Sen, (1999), a pobreza pode ser definida como “a privação das capacidades² básicas de um indivíduo, e não apenas como uma renda inferior a um patamar pré-estabelecido. A pobreza deve ser entendida como a privação da vida que as pessoas realmente podem levar e das liberdades que elas realmente têm”. O aumento das capacidades humanas tende a caminhar junto com a expansão das produtividades e do poder de auferir renda. Um aumento de capacidades ajuda directa ou indirecta a enriquecer a vida humana e a tornar as privações humanas mais raras e menos crónicas.

Para Diogo (2006) defende a utilização do conceito de “pobre” buscando significar duas coisas distintas: Por um lado, para significar os indivíduos com escassez de recursos, sobretudo os monetários e para os culturais, com destaque para a escolaridade. Por outro lado, usar-se o termo para designar princípios de classificação (o ser pobre) com particular ênfase para a compreensão dos processos de classificação dos outros, de construção de entidades sociais e de desigualdades sociais, ou seja, o termo é usado pelos indivíduos para construir a identidade social.

Desta forma, para o presente estudo o conceito de pobreza deve ser visto na perspectiva de privação das necessidades básicas, ou escassez de recursos básicos necessários para a sobrevivência dos indivíduos na sociedade.

2.2.7 Exclusão Social

O conceito de exclusão social está relacionado com múltiplas formas de desvantagens. Assim entendida, a exclusão social é definida de seguinte forma:

“... Privação múltipla como a característica que define a exclusão social: baixo rendimento, um emprego inseguro, péssima habitação, o stress da família, e alienação social. ... A exclusão social pode tomar a forma de ou resultar em um rendimento marcadamente muito baixo que o normal da sociedade, falha ou incapacidade de participar nas actividades sociais e políticas, ou doutra forma uma vida marginalizada. Os pobres são excluídos assim como os idosos, os sem habitação, os politicamente isolados, os doentes mentais e os culturalmente alienados” (de Haan and Maxwell, 1998: 2).

² Entende-se por capacidades, as combinações alternativas de funcionamento de possível realização.

Entretanto, importa referir que este conceito apresenta muitas definições, todavia, para o propósito deste estudo, acha-se pertinente a definição aqui ora apresentada. Assim, a exclusão social pode ser vista como culminação de processos negativos das relações sociais relacionados com os contextos culturais e ideológicos informados por factores de género, políticos, espaciais, económicos, sociais e ambientais.

Olhando nesta perspectiva, a exclusão social pode ser explicada a partir dos contextos materiais e relacionais. Segundo Ellen Bortel-Doku Aryeetey (1997), os condutores materiais e relacionais da exclusão social podem conduzir às múltiplas desvantagens, se eles não forem combatidos. O Quadro 2.2 abaixo sumariza o modelo teórico que pode ser usado na análise da exclusão social.

Quadro 2.2: Quadro Teórico para a Análise da Exclusão Social

Condutores-chave da Exclusão Social	Manifestações da Exclusão	Passos em Direcção à Inclusão
<p>Condutores Materiais:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Meios de Sobrevivência inseguros • Disparidades urbanas/rurais • Pobreza de rendimento • Degradação de recursos 	<ul style="list-style-type: none"> • De priviação • Isolação • Marginalisation • Estigmatização • Pobreza • Vulnerabilidade • Baixos mecanismos de Resiliência • Falta de estatuto & Reconhecimento 	<ul style="list-style-type: none"> • Quadro Normativo • Estado de direito e confiança • Democracia constitucional • Justiça social e equidade • Regimes regulatórios • Dignidade humana • Direitos humanos • Empoderamento e capital Social • Participação popular
<p>Condutores Relacionais:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Discriminação (normas culturais, Género, idade, deficiência, estado De saúde) • Baixo capital político • Baixo acesso informação 		

Fonte: Bortel-Doku Aryeetey (1997: 10).

O Quadro 2.2 é claro no que concerne aos principais condutores da exclusão e suas manifestações e ao que deve ser feito com vista a combater este fenómeno. A inclusão financeira e o empreendedorismo que o Fundo Distrital de Desenvolvimento (FDD) objectiva promover em Moçambique faz parte da estratégia de combate à exclusão social. É tendo esta visão sobre a exclusão social e financeira em Moçambique que este estudo investiga como o FDD no distrito de KaTembe está a contribuir para o combate à exclusão social e financeira através da promoção de inclusão financeira e empreendedorismo.

Capítulo 3: Metodologia de Investigação do Problema

Este capítulo é apresentada a metodologia seguida para elaboração do presente estudo. Partindo da classificação da pesquisa, métodos científicos e as técnicas de colecta de dados, bem como o procedimento e tratamento de dados.

3.1.1 Metodologia

Metodologia segundo Barros (1986:01), consiste em estudar e avaliar os vários métodos disponíveis, indicando suas limitações ou não ao nível das implicações de suas utilizações. A metodologia, num nível aplicado, examina a avaliação técnica da pesquisa bem como a geração ou verificação de novos métodos que conduzem à captação e processamento de informações com vista à resolução de problemas de investigação.

Enquanto Minayo (2007:44) define metodologia de forma abrangente em três perspectivas:

- a) Como discussão epistemológica sobre o “caminho do pensamento” que o tema ou o objecto de investigação requer;
- b) Como a apresentação adequada e justificada dos métodos, técnicas e dos instrumentos operativos que devem ser utilizados para buscar respostas às indagações da investigação; e
- c) Como a “criatividade do pesquisador”, ou seja, a sua marca pessoal e específica na forma de articular teoria, métodos, achados experimentais, observacionais ou de qualquer outro tipo específico de resposta as indagações específicas”.

3.1.2 Do Ponto de Vista de Forma de Abordagem do Problema

Para este estudo, a abordagem foi qualitativa, pois o seu interesse está na interpretação dos significados atribuídos pelos sujeitos às suas acções numa realidade socialmente construída, através de observação participativa e interacção simbólica. Os dados obtidos através de participação activa é de natureza qualitativa e são analisados de acordo com os ditames da investigação qualitativa. As hipóteses são formuladas no decurso do processo de interacção e recolha de dados e o investigador busca dados concretos através do estudo profundo dos casos particulares. Através de uma narrativa detalhada, o investigador busca credibilidade para os seus modelos interpretativos (Smith, 1983).

A preocupação central da presente investigação é a interpretação dos significados atribuídos pelos gestores e mutuários do FDD no Distrito de KaTembe às suas acções em realidade socialmente

construída, através de observação participativa *in loco*. Os dados obtidos por meio desta participação activa foram de natureza qualitativa e foram analisados neste estudo através de uma narrativa detalhada.

O estudo qualitativo difere de um estudo quantitativo. A investigação quantitativa baseia-se na (i) estatística descritiva ou inferencial (população, amostra, amostra representativa e margem de erro; amostragem; unidades estatísticas e dados estatísticos; e classificação dos dados segundo o tipo de escala), (ii) metodologia para a resolução de um problema estatístico (recolha de dados, uso de pacotes de software estatísticos para o processamento de dados, realização de testes relativos ao tamanho do efeito, valor de alfa e tamanho de amostra, representação gráfica dos dados univariados, representação gráfica dos dados bivariados), (iii) análise e discussão dos dados estatísticos processados, (iv) apresentação e interpretação dos resultados estatísticos, (v) medidas de localização ou tendência central, (vi) medidas de dispersão ou variabilidade, e (vii) questões de validade e fiabilidade das medições (Azevedo, 2016).

3.1.3 O Ponto de Vista do Metodo de Procedimento

Do ponto de vista da sua natureza a pesquisa é um Estudo de Caso, na medida em que envolve a recolha de informação suficientemente relevante para descrever e analisar uma situação específica, com vista a compreender e explicar os principais problemas ou decisões tomadas numa determinada situação específica. O estudo de caso é orientado aos problemas ou decisões, procurando compreender com maior detalhe tais problemas e acontecimentos num contexto específico e num determinado período de tempo. Esta orientação específica no foco de análise permite obter dados mais detalhados e úteis para a compreensão dos problemas que ocorrem e as razões da sua ocorrência.

A delimitação deste estudo de caso nestes termos espaciais e temporais está em consonância com as orientações metodológicas (para a realização de um estudo de caso) dadas por António Carlos Gil (2002), Keith Punch (1998), Guy Peters (1998), Stephen Van Evera (1997), Robert Yin (1994), Steve Currey (1992), Charles Ragin (1992a; 1992b), Michael Panton (1990), Howard Rose (1991) e Zeller and Carmines (1980).

Com efeito, o Distrito de KaTembe tem testemunhado, nos últimos anos, grandes mudanças e transformações na sua estrutura política e económica como resultado da institucionalização do FDD e da construção da ponte Maputo-KaTembe, ainda em curso, e a asfatagem da estrada que liga KaTembe da

vila de Belavista, distrito de Matutuine e permitindo assim um grande movimento de pessoas e bens e a intensificação do turismo entre ambos distritos.

Embora este estudo tenha usado dados primários e secundários (publicados e não-publicados), a maior parte da informação obtida provém das instituições e pessoas envolvidas na implementação do FDD nos cinco bairros do Distrito de KaTembe. Daí o uso intensivo de discussões com grupos focais e de entrevistas com os dirigentes do governo distrital (Currey, 1992: 1-6). Assim justifica-se a avalanche de dados empíricos obtidos, que posteriormente foram analisados e incorporados neste estudo.

3.1.4 Universo Populacional e Amostra

A população estudada foi de 480 mutuários do Fundo Distrital de Desenvolvimento “7 milhões” no distrito municipal KaTembe, com uma amostra de 14 mutuários sendo 9 mutuários (Inguide 2, Incassane 2, Chamissava 2, Chali 2 e Guachene 2), 3 secretários dos bairros (Guaxene, Chamissava e Inguide), 1 Técnico da Secretaria do Distrito KaTembe e o Administrador do Distrito, como responsáveis pela gestão do FDD.

Em virtude da sua natureza qualitativa, a amostra utilizada neste estudo foi por conveniência, ou seja, ela não foi seleccionada com base nos critérios estatísticos de representatividade, margem de erro e técnicas de amostragem. O que este fez foi encontrar um número significativo de mutuários do FDD que estivessem disponíveis para conversar e interagir com o pesquisador sobre o FDD e os seus resultados.

A questão da amostra referida acima, levanta implicitamente o debate clássico entre dois paradigmas metodológicos: um baseado na metodologia das ciências naturais, cuja ênfase centra-se nas observações empíricas quantificáveis e adequadas para análises estatísticas; o outro que se apoia na ciência humana, cuja ênfase gravita em torno de informações holísticas e qualitativas e de análises interpretativas (Erickson, 1986: 129).

A distinção entre estes paradigmas metodológicos é crucial para a compreensão da estratégia adoptada neste estudo na selecção da amostra. Por esta razão, o Quadro 3.1 que se segue, faz uma comparação analítica entre os paradigmas qualitativos e quantitativo com base em cinco variáveis: (i) pressupostos, (ii) objectivos, (iii) métodos, (iv) papel do investigador e (v) retórica, suportados pelo conhecimento até agora acumulado na literatura das ciências sociais sobre os dois paradigmas.

Quadro 3.1: Diferenças entre os Paradigmas Qualitativo e Quantitativo Quanto à Natureza Do Conhecimento, os Objectivos, Métodos, a Retórica e o Papel do Investigador

Variáveis	Paradigma Qualitativo (Naturalista)	Paradigma Quantitativo (Racionalista)
Pressupostos	A realidade é socialmente construída; não há uma Realidade independente dos esforços mentais de Criar e moldar; o que existe depende da mente Humana. O que se investiga não é independente do Processo de investigação. Os instrumentos não têm Lugar independentemente daquilo que eles têm que Medir, são extensões dos investigadores na tentativa De construir ou dar forma à realidade. A realidade não Tem existência prévia à pesquisa e deixará de existir Se a investigação for abandonada. Não há dualismo Sujeito-objecto. A verdade é uma questão de Concordância com um contexto específico (Smith, 1983).	A realidade é objectiva, independente de Crenças, com existência própria. O Investigador não afecta o que se está Investigando. Os instrumentos são uma maneira De alcançar medições precisas de objectos e Eventos com existência própria; instrumentos Válidos são os que produzem representações Exactas da realidade. Se o investigador deixa De estudar algo, esse algo continuará existindo e Permanecerá ligado a outras coisas da mesma Maneira. O dualismo sujeito-objecto. A verdade É uma questão de correspondência com a Realidade (Smith, 1983).
Objectivos	Procuram a compreensão do fenómeno social Segundo a perspectiva dos actores através de Participação nas suas vidas (Firestone, 1987). Focam Significados e experiências, acções em vez de Comportamentos (Eisner, 1981). Procuram a Explicação interpretativa; heurísticas em vez de Algoritmos; fenómenos universais concretos Alcançados através do estudo detalhado de um caso e Da comparação com outros estudos com igual Detalhe (Erickson, 1986).	Procuram explicar as causas de mudanças nos Factos sociais, principalmente através de Medição objectiva e análise quantitativa (Firestone, 1987). Focam comportamentos de Grupos ou indivíduos (Eisner, 1981). Buscam a Predição e o controle de eventos, algoritmos, Verdades, fenómenos universais abstractos aos Que chegam através de generalizações Estatísticas de amostras para populações (Erickson, 1986).
Métodos	Usam técnicas etnográficas, estudos de caso, Antropologia educativa. Ocupam-se de observação Participativa; significados individuais e contextuais; Interpretação; desenvolvimento de hipóteses; Indicadores de baixa inferência; casos, grupos ou Indivíduos específicos; particularização. Podem fazer Uso de estatística descritiva. São bem mais indutivos.	Tomam emprestado o modelo das ciências Físicas para investigar o mundo social e Humano. Ocupam-se de desenhos experimentais E correlacionais; testes de hipóteses; Instrumentos válidos e fidedignos; testes de Significância; amostragem; inferência estatística; Generalização. Seguem um modelo hipotético-Dedutivo.
Papel do Investigador	Imse-se no fenómeno de interesse (Firestone, 1987); Participante. Faz anotações, ouve, observa, regista, Documenta, busca significados, interpreta. Procura credibilidade.	Distancia-se do fenómeno de estudo para evitar viciar os dados e resultados da investigação (Firestone, 1987); objectivo. Limita-se ao que é. Quantifica registos de eventos. Faz uso de meios científicos. Busca fiabilidade e validade.
Retórica	Persuasiva, descritiva, detalhada. Extenso uso de transcrições, depoimentos, documentos, exemplos, comentários interpretativos. Usa a linguagem quotidiana com suficiente detalhe para evidenciar que são válidas as interpretações dos significados tidos pelos actores (Erickson, 1986).	Padronizada, estatística, objectiva. Extensivo uso de tabelas, gráficos, coeficientes. Procura neutralizar a personalidade do investigador. Fria, científica, buscando convencer o leitor de que a análise feita é neutra e impessoal (Firestone, 1987).

Fonte: Eisner (1981); Smith (1983); Erickson, (1986); Firestone (1987)

3.2.1 Técnicas de Colecta de Dados

Vários são os procedimentos para colecta de dados em pesquisa. Estes variam de acordo com as circunstâncias ou com o tipo de investigação. Por tanto os instrumentos de colecta de dados utilizados para esta pesquisa foram de forma documental, bibliográfico, observação directa, entrevistas abertas e semi estruturada. Através de perguntas abertas e interacção face-a-face entre os indivíduos seleccionados, foi possível obter uma grande variedade de informação sobre o desenvolvimento comunitário em KaTembe.

A pesquisa bibliográfica consistiu na consulta do material constituído por livros e artigos científicos. O uso da pesquisa bibliográfica permitiu obter informação geral para o background necessário sobre o Fundo Distrital de Desenvolvimento (FDD) e sua relevância para o caso específico do Distrito de KaTembe. A informação obtida através desta pesquisa foi submetida à análise pormenorizada, feita através de leituras exploratória, selectiva, analítica e interpretativa.

Estes procedimentos visavam identificar as informações constantes no material impresso e estabelecer relações assimétricas com o problema em estudo. Isto permitiu a cobertura de uma gama muito mais vasta de aspectos referentes ao FDD, suas teorias de mudança e suas ligações com outros conceitos relacionados. A pesquisa bibliográfica permitiu também uma vasta revisão da literatura sobre os conceitos de descentralização, pobreza, exclusão social, inclusão financeira e sustentabilidade financeira do FDD, como está bem patente nas referências bibliográficas apresentadas neste estudo.

3.2.2 Pesquisa Documental

A pesquisa documental consistiu na análise e estudo de informações, dados brutos e materiais que não receberam um tratamento especial tais documentos oficiais do Governo sobre o FDD, leis e decretos sobre os órgãos locais do Estado e o seu regulamento, o Manual de Procedimentos e de Gestão do FDD, relatórios sobre a implementação do FDD no distrito de KaTembe, assim como a triangulação dos resultados deste estudo com os resultados de outros estudos similares sobre o FDD noutros distritos de Moçambique.

A análise e o estudo de dados contidos nos diversos documentos consultados consistiu no apuramento, na classificação e justificação dos factos, de maneira que os que foram retidos atravessaram positivamente estes filtros lógico-rationais.

3.2.3 Entrevistas Semiestruturadas

As entrevistas semiestruturadas foram também administradas aos técnicos ligados ao FDD na Secretaria do Governo da Cidade de Maputo e da Direcção de Economia e Finanças da Cidade de Maputo, de maneira individual, para obter dados sobre o papel que estas estruturas desempenham na gestão do FDD. As respostas obtidas através destas entrevistas semiestruturadas foram comparadas com as que foram dadas pelo mutuários e membros do Conselho Consultivo Distrital seleccionados para se tirar as ilações importantes sobre a implementação do FDD, seus pontos e constrangimentos, permitindo assim a triangulação necessária dos dados obtidos.

As limitações (pontos fracos) associadas com o emprego deste método foram minimizadas através do cumprimento das recomendações feitas por Jarol Manheim and Richard Rich (1995), David Morgan (1993), David Stewart and Prem Shamdasani (1990), Richard Krueger (1988) e Jerome Murphy (1980).

3.3.1 Operacionalização das Hipóteses do Estudo

Neste subcapítulo procuramos concretizar os objectivos deste estudo através da operacionalização das hipóteses, identificação das variáveis independentes e dependentes de cada uma das hipóteses, e identificação dos indicadores de cada uma das variáveis independentes e dependentes. Em função das variáveis e dos indicadores identificados, procede-se a descrição dos métodos específicos utilizados na recolha de dados empíricos.

A adopção destes procedimentos neste estudo tem em vista permitir ao leitor ter um conhecimento concatenado e lógico sobre a relação estreita que existe entre a identificação de variáveis e indicadores e os métodos necessários para a recolha de dados relacionados com tais variáveis e indicadores. As secções e subsecções que se seguem dão detalhes sobre os elementos-chave deste capítulo.

As hipóteses deste estudo foram apresentadas na Subsecção 1.2.3 do Capítulo 1:

1. O alcance dos objectivos definidos na política do FDD depende da aplicação criteriosa e flexível do Manual de Procedimentos e de Gestão do FDD e da sustentabilidade financeira do FDD.
2. Factores como (i) características sociodemográficas, (ii) rendimento, (iii) história de crédito e poupanças, (iv) elegibilidade e (v) compreensão sobre os princípios do funcionamento de crédito

por parte dos mutuários do FDD estimulam o empreendedorismo local, a produção e comercialização dos alimentos, a criação de postos de emprego permanentes e sazonais, o aumento de rendimento dos beneficiários e a melhoria do bem-estar económico e social dos mutuários do Distrito de KaTembe, Cidade de Maputo.

3.1.1 Identificação das Variáveis Independentes e Dependentes das Hipóteses

Identificação das Variáveis Independentes da Hipótese 1:

- Aplicação criteriosa e flexível do Manual de Procedimentos e de Gestão do FDD;
- Sustentabilidade financeira do FDD.

Identificação da Variável Dependente da Hipótese 1:

- Alcance dos objectivos definidos no FDD

Identificação das Variáveis Independentes da Hipótese 2:

- Características sociodemográficas.
- Rendimento.
- História de crédito e poupanças.
- Elegibilidade.
- Compreensão sobre os princípios do funcionamento do FDD por parte dos mutuários.

Identificação das Variáveis Dependentes da Hipótese 2:

- O estímulo do empreendedorismo local.
- O aumento da produção e comercialização dos alimentos.
- A criação de postos de emprego permanentes e sazonais.
- O aumento de rendimento dos beneficiários.
- A melhoria do bem-estar económico e social dos mutuários.

3.1.2 Identificação dos Indicadores de Cada Uma das Variáveis das Hipóteses

Identificação dos Indicadores das Duas Variáveis Independentes da Hipótese 1:

1. Indicadores da Variável de aplicação criteriosa e flexível do Manual de Procedimentos e de Gestão do FDD:

- Percentagem dos processos instruídos em relação aos solicitados no âmbito dos empréstimos.
- Número de dias para análise dos pedidos de empréstimos dos mutuários.
- Quantidade de projectos aprovados em relação as propostas apresentadas.
- Número de Projectos financiados em relação aos aprovados.
- Valor reembolsado em relação ao planificado.
- Número de actividades de munitorias do FDD realizadas em relação as planificadas.

2. Indicadores da Variável de Sustentabilidade financeira do FDD.

Por causa da complexidade da variável de sustentabilidade financeira, ela é subdividida em três sub-variáveis:

- (i) Visão estratégica e liderança,
- (ii) Capacidade de arrecadar receitas e
- (iii) Capacidade de gestão financeira (León, 2001: 29-33).

É a partir destas três sub-variáveis que se obtém os respectivos indicadores e sub-indicadores. Assim sendo, os indicadores e sub-indicadores de cada uma das três sub-variáveis da variável da sustentabilidade financeira são:

Indicadores e sub-indicadores da Sub-variável de Visão estratégica e liderança

1. Planeamento Financeiro e estratégico:

- (i) Número de planos (estratégicos, financeiros) do distrito actualizados periodicamente;
- (ii) Percentagem de instrumentos (relatórios, planos estratégicos, financeiros) usados no processo de decisão no acto de financiamento de projectos,
- (iii) Percentagem da população razoavelmente familiarizado com o plano estratégico distrital;

2. Eficácia do Conselho Consultivo Distrital:

- (i) Número de membros do Conselho do Conselho Consultivo Distrital capacitados em materias sustentabilidade financeira de projectos de investimento.
- (ii) Número de membros do Conselho Consultivo Distrital com a capacidade de mobilizacao de recursos para os investimentos para o distrito.
- (iii) Número de membros do Conselho Consultivo Distrital que fazem a supervisão financeira e participam no planeamento do FDD no distrito;
- (iv) Número de membros do Conselho Consultivo Distrital que contribuem com tempo para a administração da organização.

Indicadores e sub-indicadores da Sub-variável de Capacidade de arrecadar receitas

- 1. Plano de Mobilização de Recursos e Desenvolvimento:
 - (i) Número de mutuários capacitados em gestao de pequenos negócios;
 - (ii) Número de beneficiários do FDD inscritos no sistema tributário para o pagamento do ISPC;
 - (iii) Número de projectos com sustentabilidade económica;
 - (iv) Número de projectos financiados por valores reembolsados;
 - (v) Diversificacao no financiamento dos projectos providenciando a cadeia de valor dos mesmos.
 - (vi) Percentagem de projectos com baixo nível de custos operacionais anuais;
 - (vii) Taxa de Recuperação do valor investido para operacionalizacao do projecto;
 - (viii) Número de projectos com informações contabilística organizada;
 - (ix) Numero de projectos que apresentam os relatórios financeiros trimestralmente;
 - (x) Numero de auditorias internas e externas anuais feitas ao FDD;

Identificação dos Indicadores da Variável Dependente da Hipótese 1

Indicadores da Variável de alcance dos objectivos definidos no FDD:

- (i) O nível do estímulo do empreendedorismo local.
- (ii) O nível de aumento da produção e comercialização dos alimentos.
- (iii) Número de postos de empregos criados permanentes e sazonais.
- (iv) O nível de aumento de rendimento dos beneficiários.

- (v) O nível de melhoria do bem-estar económico e social dos mutuários do Distrito de KaTembe.

Identificação dos Indicadores de Cada Uma das Cinco Variáveis Independentes

Hipótese 2

1. Indicadores da Variável de Características sociodemográficas:

- (i) Idade.
- (ii) Estado civil.
- (iii) Nível educacional.
- (iv) Género.
- (v) Habitação.
- (vi) Estado de saúde e psicológico.
- (vii) Ocupação profissional.
- (viii) Número de membros de agregado familiar.
- (ix) O Tempo de residência no local.

2. Indicadores da Variável de Rendimento:

- (i) Número de mutuários com alguma propriedade (gado, machamba, etc.).
- (ii) Número de mutuários com Bens de sobrevivência básicos (se é economicamente activo/activa).
- (iii) Número de mutuários com conta bancária.
- (iv) Número de mutuários que beneficiaram-se de financiamento numa instituição microfinanceira.

3. Indicadores da Variável de História de crédito e poupanças:

- (i) Número de mutuários que participaram num esquema de crédito e poupança informal (xitique).
- (ii) Número de mutuários com experiência de crédito.

4. Indicadores da Variável de Elegibilidade:

- (i) Nível de satisfação com as normas para a obtenção do crédito individual e associativo, como estipulado no Manual de Procedimentos do FDD (Ministério da Administração Estatal et al, 2011: 4-5).

5. Indicadores da Variável de Compreensão sobre os princípios do funcionamento do FDD por parte dos mutuários:

- (i) Nível de conhecimento sobre o funcionamento de crédito: necessidade de pagar juros e formação em matéria de crédito e poupança.

Identificação dos Indicadores de Cada Uma das Cinco Variáveis Dependentes da Hipótese 2

Indicadores da Variável Dependente de Estímulo ao empreendedorismo local:

- (i) Quantidade e qualidade dos empreendedores que surgiram em KaTembe como resultado da implementação do FDD.

2. Indicadores da Variável Dependente de Aumento de produção e comercialização dos alimentos:

- (i) Quantidade e qualidades de produtos agrícolas produzidos e comercializados.

3. Indicadores da Variável Dependente de Criação de postos de empregos permanentes e sazonais:

- (i) Quantidade de postos de emprego permanentes e sazonais criados.

4. Indicadores da Variável Dependente de Aumento de rendimento dos beneficiários do FDD:

- (i) Quantidade dos rendimentos obtidos pelos mutuários como resultado da implementação do FDD.

5. Indicadores da Variável Dependente de Melhoria do bem-estar económico e social dos mutuários do FDD:

- (i) O nível de melhoria do bem-estar económico e social dos mutuários do FDD, que se manifesta na melhoria de saúde dos mutuários, na dieta alimentar, na habitação, no acesso à educação, no acesso à informação, no acesso à água potável, no acesso aos meios de transporte e nas trocas comerciais dos mutuários do FDD com outras comunidades da Província de Maputo.

Capítulo 4: Apresentação de Resultados

Os Resultados empíricos obtidos no campo, mostram que o decreto nº90/2009 cria o FDD e identifica claramente os problemas que norteiam a sua criação (exclusão financeira no acesso a recursos financeiros e não financeiros, pobreza extrema, desemprego, relativa falta de empreendedorismo, relativa insegurança alimentar, deficientes mercados de produtos alimentares e insumos agrícolas e deficientes infra-estruturas)

Como forma de solucionar estes problemas, o Governo central através do FDD levou a cabo acções que visam estimular o empreendedorismo, a nível local, de pessoas pobres, mas economicamente activas e que não tem acesso a credito bancário, actividades de produção e comercialização de alimentos, criação de postos de trabalhos sazonais e permanentes para assegurar a geração de rendimentos, acções estas que visam a melhorar as condições de vida relacionadas com actividades económicas e produtivas na comunidade.

As principais áreas de intervenção são produção e comercialização agro-pecuária, pesca, apicultura, abastecimento de água, agro-indústria e pequenos sistemas de processamento, turismo, comercio e pequena industria, são áreas que poderão criar uma diversificação da economia rural ao nível dos distritos.

O trabalho de campo mostrou que no âmbito de operacionalização do FDD, existem normas instituídas pelo governo Central, ou seja critérios de elegibilidade dos beneficiários, critérios de elegibilidade de projectos a serem aprovados e financiados, limites de financiamentos de projectos elegíveis, as taxas de juro a serem aplicadas no acto de reembolso dos valores concedidos, a questão de monitoria e avaliação de projectos e assistência técnica dos mesmos. E para melhor verificacao das normas acima referidas foram desenvolvidas entrevistas tendo em conta os seguintes pontos de análise:

4.1 Aplicação Criteriosa do Manual de Procedimentos e de Gestão do FDD

4.1.1 Instrução dos Processos de Pedido de Empréstimos

Quanto à aplicação criteriosa do manual de procedimentos, concretamente na instrução dos processos de pedidos de empréstimos aos mutuários, do trabalho realizado no campo constatou-se que existe uma Comissão Técnica de Avaliação de Projectos (CTAP) que é um órgão muito importante na gestão do

FDD, pois, é este órgão segundo os nossos entrevistados que tem a responsabilidade de trabalhar directa e constantemente com os proponentes, fornecendo todas as informações necessárias para a instrução do processo do pedido de empréstimo e apoiar no que for necessário.

Os nossos entrevistados foram unânimes em afirmar que no acto de pedido de empréstimo, os secretários dos bairros exigem aos proponentes que reúnam uma série de documentos que constituem principais requisitos para candidatura ao acesso de crédito, a título de exemplo: um plano de negócio, fotocópia do BI ou outro documento válido, para o caso de solicitações por indivíduos, para casos de pessoas colectivas, a fotocópia do BI deve ser de pelo menos cinco membros, documento comprovativo da legalização da associação, documento comprovativo de que o proponente reúne as condições dos critérios de elegibilidade para o crédito definidas e parecer das autoridades locais.

Por outro lado, esta comissão tem a função, dentre várias fazer a divulgação das suas actividades, assegurar a tramitação e análise dos pedidos de empréstimo, emitir pareceres a serem submetidos ao CCD, elaborar os contratos dos pedidos de crédito aprovados para assinatura, garantir o cumprimento dos contratos;

Para que se torne consistente a nossa afirmação, basta olhar para alguns resultados que obtivemos na nossa pesquisa de campo através de fontes locais “beneficiários do fundo, membros do Conselho Consultivo Local e Distrital, Secretários dos Bairros e outras”.

Informações como o processo de pedido dos empréstimos começam do bairro onde as estruturas locais através de reuniões, fazem a divulgação no círculo que existe um dinheiro para fazer projectos. Neste caso segundo ou seja, “quem estiver interessado desloca-se ao seu secretário do bairro, para melhor perceber quais são os critérios para ter acesso a este valor”. Onde com o secretário do bairro o proponente é instruído o que fazer para elaboração do projecto e os documentos que se devem anexar para posterior envio ao Distrito, para efeitos de aprovação, são veiculadas por inúmeros indivíduos por nos entrevistados no âmbito das nossas entrevistas no campo.

Outros mutuários revalam que para ter acesso ao crédito a pessoa é recomendada pelas estruturas locais (Secretário do Bairro) a fazer o seu projecto e dirigir-se ao círculo com alguns documentos adicionais onde irá depositar o seu projecto para posterior análise no círculo. No caso de o projecto ser aprovado no círculo ele é autenticamente enviado ao Distrito onde o Conselho Consultivo Local aprova ou reprova o projecto tendo como base de selecção o manual de procedimentos do Fundo Distrital de Desenvolvimento.

Alguns dados colhidos mostram que o processo de pedido de empréstimo encontra-se muito descentralizado, na medida em que existem mutuários que afirmam que o processo de pedido de empréstimo tem o seu início com a intervenção do chefe do quarteirão, na qual faz a divulgação aos moradores sobre todos os requisitos para obtenção do valor de financiamento no âmbito do FDD, e estes passam a informação a outros moradores, por sua vez, todo o bairro fica a saber sobre os critérios para obtenção do fundo do distrito de desenvolvimento, daí que cada um tem a responsabilidade de desenhar o seu projecto e ir entregar a secretaria do bairro, onde começa o processo de avaliação do projecto que termina no Distrito.

Os nossos entrevistados afirmam que ainda que veiculada a informação sobre existência de valores do FDD no distrito, cada morador, em primeiro lugar apresentar-se ao seu chefe de quarteirão, onde recebe documento que comprova sua residência fixa no quarteirão, para o uso como testemunho no acto da sua apresentação ao secretário do bairro. Este documento é o comprovativo para o residente desenhar seu projecto anexar documentos e a respectiva factura dos produtos que necessita comprar para posterior depósito na secretaria do bairro, onde são enviados ao distrito.

De forma geral, quanto a questão acima, os mutuários são unânimes que no processo de pedido de empréstimos no âmbito do Fundo Distrital de Desenvolvimento, começa com estruturas locais do bairro, estes que tem o papel de comunicar aos residentes sobre os principais requisitos para obtenção do fundo, é a partir desse momento que moradores criam interesse de desenhar projectos, que são remetidos ao chefe do quarteirão por sua vez este encaminha ao secretário do bairro, onde são analisados ao nível do bairro e remetido ao distrito para posterior aprovação. Ou seja, no acto de instrução dos processos de pedido de empréstimo, o proponente é sujeito a remeter o seu pedido de financiamento no bairro da sua residência e por sua vez o Conselho Consultivo Local, canaliza ao Conselho Consultivo Distrital, dando o seu parecer tendo em conta o manual de procedimentos do FDD e aprovados os projectos em plenária, são homologados através do seu presidente.

4.1.2. Como se faz a Operacionalização dos Pedidos de Empréstimos dos Mutuários?

Segundo fontes locais (Secretaria do bairro de Guaxene), membro do Conselho Consultivo Distrital, questionada sobre como se tem feito a operacionalização dos empréstimos aos mutuários, referiu que, quando o pedido de empréstimo é submetido a aprovação, duas situações podem ocorrer:

- i) O pedido de empréstimo é aprovado;
- ii) O pedido de empréstimo é indeferido. Em ambas as situações deverão ser abertos os processos individuais onde será arquivada a documentação relacionada com os respectivos processos. Após a assinatura do contrato deverá dar início o desembolso dos respectivos recursos para a implementação do projecto num prazo de quinze dias.

Para os nossos entrevistados a disponibilização dos fundos de empréstimo aos beneficiários depende do cronograma de desembolsos apresentado pelo beneficiário e aprovado pela Comissão Técnica de Avaliação de Projectos.

Alguns mutuários, afirmaram que a execução do projecto deve começar até trinta dias após a recepção dos fundos, e deve obedecer ao cronograma apresentado no acto da submissão do projecto. Qualquer alteração ao cronograma inicial de actividades, deve ser devidamente justificada e aprovada pela CTAP. Os fundos do FDD devem ser usados exclusivamente para custear as despesas relacionadas com o projecto aprovado. Este depoimento foi corroborado com o técnico responsável do FDD no distrito. Para ele, qualquer resultado obtido após a entrega do projecto, comunica-se ao mutuário e que por sua vez contacta o Distrito, para o caso de projecto aprovado e homologado para lhe disponibilizar o valor solicitado e começa a aplicar na actividade proposta.

Importa referir que, quando colocada esta questão aos mutuários, notamos que poucos dominam o processo de operacionalização dos projectos que submetem até a sua aprovação. Ou seja, poucos conhecem os critérios de elegibilidade para proponentes individuais e para proponentes constituídos em associações, Micro/Pequenas e Médias Empresas (PME), que passamos a descrever: i) Serem residentes na unidade territorial onde pretendem implantar o projecto, confirmado pelas autoridades locais; ii) possuírem nacionalidade moçambicana; iii) serem considerados idóneos pelas autoridades administrativas e comunitárias locais; iv) terem idade não inferior a dezoito anos e, possuir NUIT e;

Para associações e Micro/Pequenas e Médias Empresas os critérios de elegibilidade são: i) estar legalmente registado e com uma estrutura de organização e gestão consolidadas observáveis a partir do núcleo central dos membros das associações; ii) os membros devem ser residentes na unidade territorial onde pretende implantar o projecto e com a residência confirmada pelas autoridades locais; iii) operar no território onde pretende implantar o objecto; iv) ser constituídas por cidadãos nacionais e, v) possuir NUIT.

Fontes da Administração do Distrito entrevistadas, referiram que o Fundo Distrital de Desenvolvimento têm como principal objectivo de financiar pessoas pobres, mas economicamente activa que devido à sua situação económica não são elegíveis para crédito no sistema financeiro formal, estes mutuários devem criar projectos com acções que visam estimular empreendedores a nível local, actividades de produção e comercialização de alimentos, criação de trabalho permanente ou sazonal, assegurando a geração de rendimento. Para o nosso interlocutor no acto de operacionalização dos pedidos tem em conta os itens acima mencionados.

Para sustentar a nossa afirmação, segundo a qual “...a maior parte dos mutuários não tem domínio, ou pouco tem o domínio do processo de operacionalização dos projectos que submetem até a sua aprovação...” trazemos alguns trechos das entrevistas no campo.

Casos em que os mutuários mostram domínio sobre como se faz a operacionalização dos pedidos de empréstimos dos mutuários:

Quanto a questão colocada sobre a operacionalização dos pedidos de empréstimos dos Mutuários, há consistenciaia em depoimentos com as afirmacoes seguinte: (... depois da entrega de toda a documentação para candidatura, do projecto, existem reuniões mensais na administração para análise de projectos, onde outros são aprovados e outros reprovados...).

(... A operacionalização dos pedidos de empréstimo aos mutuários é o processo que surge seguidamente a entregar o projecto a Secretaria do bairro, onde a função do proponente é de ficar a espera de um possível chamamento para casos de rectificar o seu projecto, se ele tiver algum erro e caso ele seja aprovado, o mutuário é chamado a uma capacitação em matérias de gestão básica de pequenos projectos...).

Casos em que os mutuários não mostram domínio sobre como se faz a operacionalização dos pedidos de empréstimos dos mutuários:

Em situações colocadas sobre a operacionalização dos pedidos de empréstimos, depoimentos como: (... Depois de entregar o projecto e todos documentos solicitados, não sei quais são os procedimentos subsequentes para a aprovação e financiamento do projecto. Não há critério no financiamento de projectos, eles atribuem os valores de forma arbitrária...);

“... Elaborei o projecto e entreguei ao chefe de quarteirão e levou a informação para o distrito dê em diante, não sei o que aconteceu, fiquei surpreendida quando fui informada que o meu projecto foi aprovado e fui solicitada ao distrito para poder levar o dinheiro...” mostram o não domínio da matéria por parte dos mutuários.

4.1.3 Como se faz a Aprovação dos Pedidos de Empréstimos dos Mutuários?

O trabalho de campo mostrou a existência de uma divergência entre os membros do Conselho Consultivo Distrital e os mutuários sobre o conhecimento da aprovação dos pedidos de empréstimo no FDD, na medida em que dados recolhidos de alguns membros descrevem de forma clara o processo de aprovação dos pedidos que parte da elegibilidade dos proponentes (ser indivíduo residente no Distrito, pretender implantar o projecto dentro do Distrito, possuir nacionalidade moçambicana, ser idóneo, ter idade não inferior a 18 anos de idade e, possuir NUIT.

No que diz respeito às associações, Micro/Pequenas e Médias Empresas, as mesmas fontes (Conselho Consultivo Distrital) aponta como requisitos: estar legalmente registado e com uma estrutura de organização e gestão consolidadas observáveis a partir do núcleo central dos membros das associações, os membros devem ser residentes na unidade territorial onde pretende implantar o projecto e com a residência confirmada pelas autoridades locais, operar no território onde pretende implantar o objecto, ser constituídas por cidadãos nacionais e, possuir NUIT.

Segundo fontes do Conselho Consultivo Distrital (Valdo da Costa e Nhone- Técnicos afectos no FDD), no âmbito do FDD, são aprovados projectos cujas acções concorrem para a geração de renda para os produtores e suas famílias, geração de emprego e produção de alimentos. E estes projectos devem ser apresentados por associações, grupos sociais, pessoas individuais e, são analisados pelo governo Distrital em estreita colaboração com as autoridades comunitárias locais.

Para o Conselho Consultivo Distrital, feita a análise da proposta remetida e uma vez concluído que o projecto é viável e pertinente é aprovado, caso contrário recomenda-se a sua reestruturação.

Contrariamente ao acima explícito, os resultados mostram que a maior parte dos mutuários não possuem um conhecimento sólido sobre como se faz a aprovação dos pedidos de empréstimos dos mutuários,

para sustentar a nossa afirmação, trazemos alguns trechos das respostas dadas a esta questão no acto das entrevistas:

“... Não sei como são aprovados os projectos. Fiquei a saber do financiamento do meu projecto através da reunião ao nível do círculo, onde foram anunciados projectos que foram aprovados constando da lista destes meu nome...”.

“... Não sei sobre o processo de aprovação dos projectos, para o meu caso específico, depois de ter submetido o projecto nunca fui solicitado para qualquer procedimento, fiquei surpreso quando fui dito que o meu projecto foi aprovado e fui buscar o valor e comecei a trabalhar...”.

4.1.4 Como é feita a Concessão dos Empréstimos aos Mutuários?

Feita a questão acima, os dados recolhidos no campo mostra-nos que tanto os membros do Conselho Consultivo Distrital, como os mutuários têm conhecimento da forma como é feita a concessão dos empréstimos aos mutuários apesar de um e outro mutuário não ter recebido o seu valor de forma recomendada. Eis alguns trechos das respostas sobre a questão acima:

Informações recolhidas do técnico afecto naquele distrito Municipal e responsável do FDD, ilustram que a concessão do empréstimo ao mutuário é feita através de um cheque passado a favor do mutuário e entregue pessoalmente ao próprio mutuário pelo técnico da administração e ligado aos desembolsos no âmbito do Fundo Distrital de Desenvolvimento, por um lado, por outro é através de depósito do valor na conta do mutuário, para mutuários que possuem conta no Banco Barclays.

Estas declarações são corroboradas com os beneficiários, na medida em que maioritariamente confirmam ter recebido o valor do financiamento através de cheque na administração e outros através de um depósito nas suas contas bancárias numa das dependências do Banco Barclays e depois são lhes entregues um cartão para facilitar a movimentação do valor.

Para dar consistência a nossa afirmação basta olhar para alguns trechos de entrevista que se seguem de alguns mutuários:

“... A concessão do empréstimo é feita via cheque do banco Barclays. Para o meu caso como mutuária, fui entregue um cheque no valor de 98 mil mt, ao invés de 100 mil mt, o valor que eu havia solicitado, este não foi suficiente para a construção do edifício e compra de material para o início de actividades que eu havia programado...”.

“... A concessão do crédito é feita através do depósito no banco Barclays. Mas para o meu caso, fiquei indignada na medida em que a quando do desenho do meu projecto solicitei 100 mil mt e só reflectiu na minha conta bancária apenas 44 mil meticais...”.

4.1.5 Como é feita a Implementação dos Mecanismos de Reembolso dos Empréstimos?

Segundo fontes do Distrito Municipal KaTembe, (técnico responsável do FDD), a execução do projecto deve começar até trinta dias após a recepção dos fundos, e deve obedecer ao cronograma apresentado no acto da submissão do projecto. Qualquer alteração ao cronograma inicial de actividades, deve ser devidamente justificada e aprovada pela Comissão Técnica de Avaliação de Projectos. Isto obriga que o processo de reembolso inicia logo após o término do período de graça e é feito tendo em conta o estipulado na tabela de reembolso.

Para o nosso entrevistado, o reembolso é feito mediante depósito, transferência bancária ou por entrega de numerário à entidade gestora do Fundo Distrital de Desenvolvimento, pelos beneficiários do valor de reembolso dentro dos prazos acordados, para a amortização da dívida.

Segundo o entrevistado, o período de amortização da dívida poderá ser renegociado pelo beneficiário junto ao fundo, quando houver ocorrência de factores externos não controláveis pelo beneficiário (queda irregular de chuvas, acidentes marinhos, roubos de produtos nos estabelecimentos comerciais, doenças prolongadas do beneficiários e outras), desde que sejam confirmadas pelas autoridades locais.

O nosso entrevistado referiu-se também que na altura do levantamento do cheque, o mutuário recebe informações sobre o valor em dívida e acrescido da taxa prevista consoante o tipo de actividade e número de prestações em que deve amortizar o empréstimo.

Feita a entrevista ao ponto focal do FDD no distrito, seguiu-se a entrevista dos mutuários com o objectivo de colher percepção destes quanto ao assunto. Eis alguns depoimentos dos mutuários entrevistados:

“...Os reembolsos são feitos mensalmente através do depósito do valor numa conta que a Administração do Distrito Municipal abriu para o Fundo Distrital de Desenvolvimento, feito o depósito

leva-se a fotocópia do talão de depósito para a Secretaria do bairro e posteriormente as autoridades locais levam este ao Distrito...”.

“... Os reembolsos são feitos mensalmente através do depósito do valor numa conta que a Administração do Distrito Municipal abriu para o Fundo Distrital de Desenvolvimento, para o meu caso o reembolso estava fixado em 4.000 meticais, este valor era bastante alto. Solicitei para que se reduzisse para 2000 meticais. Até então deposito o valor mensalmente na conta bancária da Administração sempre que possível...”.

4.1.6 Como é feita a Monitoria e Avaliação do Fundo Distrital de Desenvolvimento em KaTembe?

Dados colhidos no campo sobre o processo de monitoria e avaliação do Fundo Distrital de Desenvolvimento, mostram que o processo de monitoria e avaliação não é de desejar. Segundo o nosso entrevistado (Valdo da Costa), localmente o Conselho Consultivo Distrital é competente para efectuar esta actividade, e depois as brigadas provinciais (Direcção de Ecónomia e Finanças da Cidade e Secretaria da Cidade de Maputo) e central (Ministerio da Terra, Ambiente e Desenvolvimento Rural) também podem realizar a monitoria.

Para este o nosso entrevistado, um dos factos que leva a fraca monitoria pelo Conselho Consultivo Distrital é a falta de incentivos para os membros do conselho consultivo local, pois, para que a equipa possa se deslocar ao campo carece de meios de transporte, ajudas de custo para garantir o bom desempenho das suas actividades.

Para o nosso entrevistado o conselho consultivo e os funcionários responsáveis do fundo no distrito, mostram-se agastados no âmbito da monitoria, na medida em que não recebem qualquer bónus pelo trabalho, enquanto outros constituintes da brigada, os vindos das direcções provinciais, recebem as ajudas de custo para se deslocarem aos locais visados.

Para tornar consistente a nossa afirmação, basta olhar alguns trechos das entrevistas abaixo:

“... Desde que tive o valor do financiamento em 2015, o meu projecto nunca foi visitado ou monitorado nem pela equipa técnica distrital muito menos pelos técnicos de nível provincial ou central...”.

“... Fui concedido o empréstimo em 2015, e só fui visitado uma vez, depois de ter sido concedido o valor do empréstimo, valor este que não chegou para realizar minhas actividades na íntegra. Quando

solicito um segundo financiamento o Conselho Consultivo Distrital sempre quer uma parte do valor a ser atribuído...”.

4.2 Sustentabilidade Financeira do Fundo Distrital de Desenvolvimento (FDD)

A Sustentabilidade Financeira é a capacidade de uma organização obter receitas para manter processos produtivos em andamento ou em expansão, visando produzir resultados (realizar sua missão, alcançar metas ou objectivos). O distrito KaTembe só começou a beneficiar do FDD a partir de 2008, por razões já indicadas. Quanto a sustentabilidade financeira foram analisados os seguintes pontos:

4.2.1 Qual é a Visão Estratégica e Liderança na Gestão do Fundo Distrital de Desenvolvimento?

Fontes locais por nós entrevistadas, afirmam que a visão estratégica dos gestores do FDD ao nível do distrito era de que o fundo torna-se sustentável para aliviar mais indivíduos com capacidade activa de trabalho, mas que não possuem recursos necessários para criação de rendimentos e produção de comida. Para os nossos entrevistados, esta visão não está sendo concretizada na medida em que os mutuários não reembolsam o valor do empréstimo concedido.

Segundo fontes da Administração do Distrito, o último desembolso que o estado fez aos projectos do Fundo Distrital de Desenvolvimento foi em 2015, mas a partir do ano de 2016 até então, os projectos são refinanciados com base no valor reembolsado pelos mutuários.

Durante o trabalho de campo, tivemos a oportunidade de ouvir alguns mutuários sobre a questão de sustentabilidade financeira do Fundo Distrital de Desenvolvimento e qual é do ponto de vista destes sobre a visão estratégica dos gestores do Fundo de Desenvolvimento Distrital.

“... Sobre a sustentabilidade financeira os gestores do Fundo Distrital de Desenvolvimento não tem nenhuma estratégia ao nível deste fundo, para eles o que lhes importa é que o beneficiário devolva o dinheiro...”.

“...Os gestores do Fundo Distrital de Desenvolvimento no distrito não tem nenhuma visão para o futuro dos fundos alocados no distrito, porque os mesmos são mutuários e nao conseguem reembolsar o valor de empréstimo que foram concedidos, isto significa que o mau exemplo em primeiro lugar vem dos que dirigentes...”.

“... O Conselho Consultivo Distrital, órgão responsável pela gestão do FDD, não tem nenhuma visão para o desenvolvimento deste fundo e, título de exemplo, quando o mutuário elabora um projecto orçado por exemplo em 388 mil meticais, só é dado 100 mil. Isto leva com que a pessoa não se programe para o seu negócio, na medida em que de princípio já houve desconto no valor solicitado...”.

4.2.2 Qual é a Capacidade do Conselho Consultivo Distrital na Arrecadação das Receitas do FDD?

Segundo Valdo da Costa, técnico indicado para fornecer toda informação relativa ao FDD no Distrito, afirmou que a capacidade do conselho consultivo na arrecadação de receita é muito fraca, uma vez que o conselho consultivo não realiza monitorias sucessivas por falta de meios, leva com que os mutuários fiquem relaxados porque ninguém lhes pressiona. Para o técnico, o governo devia deixar definitivamente de alocar este fundo, porque a capacidade de reaver é muito menor.

Esta abordagem do técnico ao nível da Administração do Distrito é corroborada por mutuários do Fundo Distrital de Desenvolvimento, na medida em que eles afirmam que o Conselho Consultivo Distrital tem arrecadado receitas através dos fundos reembolsados, e estes são financiados a outros projectos, na medida em que desde 2015, o governo não está a desembolsar valores para financiar projectos de geração de rendimentos e produção de comida.

4.2.3 Qual é a Capacidade do Conselho Consultivo Distrital na Gestão Financeira do FDD?

Fontes do Distrito, afirmam que o conselho consultivo distrital não só tem fragilidade na arrecadação da receita, como se referiu anteriormente, mas também, tem fragilidade na gestão da própria receita cobrada, porque segundo a nossa fonte, a única recomendação por lei das receitas colectadas no âmbito do reembolso elas só podem ser usadas no financiamento de outros projectos. Assim, segundo a nossa fonte, mesmo sabendo que os mutuários são desonestos, por lei são obrigados a usar o mesmo valor para financiarem outros projectos.

Em entrevistas de alguns mutuários, afirmaram que o conselho consultivo já não tem capacidade de gerir este fundo porque os mutuários não honraram com seu compromisso (reembolsar o valor concedido) por falta de dinheiro, e por outro lado, os membros do Conselho Consultivo Distrital eles não têm contacto directo com os beneficiários, em termos de fazer monitoria aos projectos só aparecem para cobrar o valor de reembolso aos mutuários.

Assim sendo, junta-se as razões apontadas anteriormente, da fraca gestão de fundos por razões de maior parte dos membros do conselho consultivo distrital, fazerem parte dos que se beneficiaram dos fundos alocados e por sinal não conseguem enfrentar os beneficiários no acto de sensibilização para o reembolso porque no acto de candidatura, os beneficiários eram exigidos somas de valores como condição para o financiamento.

4.3 Factores de Sucesso ou Insucesso na Implementação do FDD: Os Porquês na Perspectiva dos Membros do Conselho Consultivo Distrital de KaTembe

4.3.1 “Os Porquês” do Sucesso na Implementação do FDD na Perspectiva dos Membros do Conselho Consultivo Distrital de KaTembe?

Segundo nosso entrevistado, Valdo da Costa, técnico responsável pelo FDD no Distrito Municipal KaTembe, é difícil falar de sucesso do Fundo Distrital de Desenvolvimento no Distrito de KaTembe, pois são casos raros da existência de mutuários de “boas práticas”, isto é, mutuários que pediram emprestado o valor, investiram no seu negócio e reembolsaram na totalidade o valor que foram concedidos.

Fontes entrevistadas no terreno “beneficiários”, corroboram com Valdo da Costa, porquanto eles afirmam que não se pode falar do sucesso do Fundo Distrital de Desenvolvimento no Distrito da KaTembe, enquanto não se verificar o crescimento de projectos financiados por esta iniciativa, o que levaria a maior parte dos mutuários a reembolsar os valores com regularidade. Por outro lado, os fundos do FDD, trouxeram um indvidamento por parte de muitos mutuários, conseqüentemente, o custo de vida ficou muito elevado e tudo que se compra para revender não tem clientes.

4.3.2 Os Porquês do Insucesso na Implementação do FDD na Perspectiva dos Membros do Conselho Consultivo Distrital de KaTembe

O técnico afecto no FDD afirmou que o insucesso surge porque em quase todos membros do conselho consultivo a todos os níveis são devedores e quase todos não honraram com os seus compromissos. O nosso entrevistado fez a seguinte questão: “...como se pode esperar que um qualquer mutuário honre com seus compromissos, se os que estão em frente tem exemplos negativos...”.

Fontes locais pertencentes ao conselho consultivo local que não se identificaram, afirmaram que também são mutuários e seus projectos não têm sucesso, pois o valor alocado não suportava todas as

despesas para a efectivação do negócio. Por outro lado, queixam-se de haver interferência por parte de alguns membros do Governo a todos os níveis (distrital, provincial e central), no processo de aprovação de projectos para o financiamento.

“... No acto análise de projectos para o financiamento, temos recebido telefonemas a pedirem para que incluamos algumas pessoas que nem residem no Distrito KaTembe, como são pedidos de dirigentes máximos, acabamos colocando os nomes sem ter que conhecer a pessoa, o que dificulta no acto de monitoria dos projectos a inclusão daquele projecto...” disse um membro do conselho consultivo local que pediu falar por anonimato.

“... Os membros do conselho consultivo distrital tem a função de criar condições ate que o valor chegue ao mutuário, mas este trabalho não tem remuneração, somos obrigados a percorrer distancias para poder participar de reuniões no distrito e não há transporte, esses são factores que contribuem para que este fundo não se desenvolva...” trecho de entrevista de outro membro do conselho consultivo que também pediu por anonimato.

Foi comum ouvir que os membros do conselho consultivo distrital para responder esta questão apresentare o seguinte argumento: não há capital para injectar nos projectos de forma a alavancar; alguns projectos como a pesca, já não há lucro por causa da falta de pescado, por motivos de mudanças climáticas; os mutuários não foram honestos individaram-se e não tem como pagar o valor que pediu emprestado; existência de vendedores ambulantes (camionistas) grossistas que ofuscam os mutuários (retalhistas) e a população prefere deslocar-se a esses vendedores do que afluírem nas barracas, como factores que contribuem para o não sucesso do fundo distrital de desenvolvimento na KaTembe.

Os entrevistados durante o trabalho de campo afirmaram que o insucesso do fundo distrital de desenvolvimento surge na medida em que quase todos membros do conselho consultivo a todos os níveis (bairro e distrital) são devedores e quase todos não honram com os seus compromissos. Os nossos entrevistados ficam indignados por esta atitude e colocam em causa o comportamento dos membros do conselho consultivo local e afirmam que o comportamento dos mutuários (de não reembolso dos fundos) é fruto de imitação dos exemplos negativos dos membros do conselho consultivo local.

Para os mutuários entrevistados, são expressões como “ meu projecto não está ter sucesso porque encontro-me doente; no acto de financiamento dos projectos eles nunca deram todo o valor solicitado pelo proponente, sempre diminuía uma parte deste valor, e assim, o valor nunca chegou para edificar

lojas e barracas e fazer o respectivo negócio; o elevado custo de vida; alguns serviços como de alfaiataria, pesca e agricultura não têm mercado no Distrito devido a factores como (elevado nível de concorrência, falta de peixe e mudanças climáticas); ainda temos dívidas em algum micro crédito que até hoje pagamos juros muito altos, são formas que os mutuários usam para justificarem o não reembolso dos valores financiados pelo Fundo Distrital de Desenvolvimento.

4.4 Resumo

De um modo geral, o presente capítulo tinha como objectivo avaliar a aplicação criteriosa do manual de procedimentos e de gestão do Fundo Distrital de Desenvolvimento (FDD) e a sustentabilidade financeira do mesmo. Para operacionalizar os objectivos acima mencionados, foi elaborado um guião de perguntas que tinham como base recolher informações relacionadas com a instrução de processos de pedidos de empréstimos, a operacionalização dos pedidos de empréstimos aos mutuários, aprovação dos pedidos de empréstimo, a concessão dos empréstimos, a implementação dos mecanismos de reembolso dos empréstimos e a monitoria e avaliação do FDD na KaTembe.

Por outro lado, para aferir a questão de sustentabilidade financeira do Fundo Distrital de Desenvolvimento, foram arroladas questões que explicam a visão estratégica e liderança na gestão do FDD, as capacidades do Conselho Consultivo Distrital na arrecadação de receitas e gestão financeira do FDD. E, por último, foram arroladas questões como *os porquês* do sucesso ou insucesso na implementação do FDD.

Importante referir que, os dados mostram que, o Conselho Consultivo Distrital tem-se guiado através do Manual de Procedimentos no acto de instrução de processos de pedido de empréstimo, prova disto é notável ao longo das entrevistas com os mutuários, denotando que eles conhecem os requisitos para que um projecto seja aprovado e financiado.

Atinentes à operacionalização de pedidos de empréstimos, os mutuários, apesar de não mostrarem domínio de gestão de projectos, eles têm a noção de como se operacionalizam os pedidos de empréstimo até a fase do financiamento do mesmo. Os dados também mostram que o não reembolso pelos mutuários não é por falta de conhecimento, mas sim por falta de valores ou mesmo por negligência.

Verificou-se também que há fraca monitoria dos projectos, alegadamente, por falta de meios e incentivos, tanto para os membros do Conselho Consultivo Distrital como para a Equipa Técnica Distrital, não há sustentabilidade financeira nos projectos do FDD devido ao fraco nível de reembolso o que contribui para uma fraca arrecadação de receitas.

A fraca gestão financeira é devido à falta de orientações para o uso da receita, na medida em que, apenas se admite o uso do valor do reembolsado para financiamento de outros projectos.

No que tange às causas de sucesso ou insucesso do FDD no distrito, os entrevistados são cautelosos para falarem do sucesso da iniciativa e optando por falar de boas práticas ou de alguns projectos bem-sucedidos.

5. Mutuários e a Implementação dos Objectivos do FDD no Distrito de KaTembe

5.1 Características Socioeconómicas dos Mutuários do FDD no Distrito KaTembe.

5.1.1) A História de Crédito e Poupança, o conhecimento sobre o Funcionamento de Crédito dos Mutuários do FDD no Distrito KaTembe

5.1.1 a) Qual é a história de Crédito e Poupança dos Mutuários do Fundo Distrital de Desenvolvimento no Distrito de KaTembe?

Através de fontes locais (técnicos do FDD, Membros do Conselho Consultivo Distrital e Mutuários) foi possível saber que antes da implementação do FDD no distrito, já existia o fundo de fumento pesqueiro, mas que era de difícil acesso pela sua complexibilidade (os documentos eram direccionados a direcção província de pescas e era so para alguns pescadores associados). E a implementação do FDD veio dar oportunidade a outras pessoas que praticam outras actividades (comércio, serviços, agricultura, piscicultura e mais).

Para os nossos entrevistados, antes da implementação do FDD, somente tinham acesso ao microcrédito alguns pescadores associados e comerciantes com acesso a banca. Para estes, no início da implementação deste crédito em 2008/9, tudo levava a crer que os projectos financiados pelo fundo viriam a criar mudanças na estrutura sócio-económica da vida dos mutuários. Os primeiros sinais animadores em termos de aplicação dos projectos propostos na cidade de Maputo foram o nível de reembolso que era o mais elevado que as outras províncias.

Para dar consistência aos dados colhidos no local, basta ver os trechos das entrevistas abaixo:

“... Na KaTembe não havia nenhum financiamento de projectos antes do FDD, a maior parte das pessoas confiava viajar para África do Sul, onde trabalhavam em plantações, nas construções, minas, empregados domésticos e fazer negócios. Hoje com o FDD as pessoas tentam fazer algo positivo, o fundo veio para ajudar...”.

“... Antes desta iniciativa, nunca houve fundo de financiamento de projectos no Distrito KaTembe, o fundo veio mudar a situação de pobreza no distrito, embora os projectos financiados não estejam a dar resultados encorajadores, mas existem sinais que mostram de que algo está a mudar na comunidade...”.

5.1.1b) o conhecimento sobre o funcionamento de crédito dos mutuários do FDD no Distrito KaTembe
Qual é o Conhecimento que tem sobre o Funcionamento de Crédito do FDD no Distrito de KaTembe

Fontes locais, afirmaram que o Fundo Distrital de Desenvolvimento é uma boa iniciativa e sugeriram que a iniciativa pudesse ser reformulada a título de exemplo nos limites fixados em algumas actividades, onde os valores financiados são muito baixos e os que necessitam de valores altos para sua realização, a título de exemplo o Turismo.

Para eles, a actividade turística não se circunscreve em construir edifícios e comprar mobílias, há muito mais que se deve fazer e que é difícil fazer com os valores alocados para o efeito.

Várias percepções foram colhidas no acto da pesquisa de campo, quanto ao conhecimento do funcionamento do FDD por parte dos mutuários e os membros do Conselho Consultivo a todos os níveis; assim, para dar consistência a nossa afirmação basta verificar alguns depoimentos que se seguem:

“... Mesmo que não seja de forma oficial, a ideia que existe sobre o FDD é que é uma doação que o Governo disponibilizou ao cidadão e por isso não existe obrigação na sua devolução e nem há instrumentos legais que obriguem o mutuário a devolver o fundo emprestado...”

“...O Fundo Distrital de Desenvolvimento é um financiamento de crédito que tem como objectivo ajudar pessoas sem capacidade de poupar para investir em seus negócios. Ele vem para dar oportunidade para desenvolver actividades que vão estimular o empreendedorismo e iniciativas de auto-emprego com vista a desenvolver o Distrito...”

5.2 A implementação dos Objectivos do FDD pelos Mutuários do Distrito de KaTembe

5.2.1 As actividades Implementação pelos mutuários vão de acordo com a estratégia de fomento do Empreendedorismo?

Questionado se as actividades implementadas pelos mutuários iam de acordo com a estratégia de fomento de empreendedorismo, Valdo da Costa (técnico afecto para fazer a gestão do FDD no distrito) afirmou que nem todos os projectos implementados vão de acordo com a estratégia de fomento de empreendedorismo porque há muitos beneficiários que fazem o desvio de aplicação dos projectos previamente propostos.

Alguns mutuários são unânimes ao afirmarem que os fundos têm como objectivo ajudar ou os beneficiários na sua economia doméstica, o que coincide com um dos objectivos da política do Fundo Distrital de Desenvolvimento “criar emprego e o auto-emprego”, mas lamenta a maneira como são feitos o cortês no acto de financiamento do projecto.

5.2.2 Os projectos implementados estão direccionados a Implementação das Actividades de Produção e Comercialização de Alimentos?

Dados colhidos no trabalho de campo mostram que nem todas as actividades que estão sendo implementadas no âmbito do FDD, tem a componente de produção de comida e comercialização de alimentos. Para sustentar a nossa afirmação basta olhar para os trechos das entrevistas abaixo.

“...No distrito nem todos os projectos obedecem a componente de produção e comercialização de alimentos, na medida em que numa primeira fase os mutuários apresentaram projectos desta natureza com o intuito só para terem acesso ao financiamento. Depois de verem financiados os projectos, à revelia do Conselho Consultivo, os mutuários fazem o desvio de aplicação optando financiar projectos não elegíveis...”

“... Os projectos implementados no âmbito do Fundo Distrital de Desenvolvimento, vão de acordo com as actividades de produção de alimentos e criação de auto-emprego, na medida em que o conselho consultivo distrital no acto avaliação de projectos para o financiamento, quando o projecto não esta direccionado a produção e comercialização de alimentos, o projecto é reprovado de imediato...”.

5.2.3 A implementação das actividades nos projectos está a criar Postos de Trabalho?

Fontes do distrito, afirmam que a questão dos projectos financiados pelo FDD criarem postos de trabalho, esta assegurada, para sua confirmação, basta olhar para os dados estatísticas nos relatórios distritais, apontam que os projectos implementados além de criar auto-emprego, estão a criar também postos de emprego. Para a nossa fonte, os relatórios de balanço de nível distrital apontam a existência de 945 postos de trabalhos criados desde a iniciativa do Fundo Distrital de Desenvolvimento.

Dos mutuários entrevistados, afirmaram que uma das condições para aprovação do projecto é a indicação do número de empregos que o projecto vai criar a quando a sua implementação, embora são empregos que agregam a maior parte de familiares. Para eles, os projectos estão a criar postos de

trabalho, na medida em que não é possível a pessoa trabalhar sozinha, sempre terá que empregar alguém e em média são empregues duas ou três pessoas.

5.2.4 Quais são os Efeitos Resultantes da Implementação do FDD no Distrito de KaTembe: Há Melhorias ou Não no Rendimento e no Bem-Estar dos Mutuários do Distrito de KaTembe?

Questionado sobre os efeitos da implementação do FDD no distrito, Valdo da Costa (ponto focal do FDD), afirmou que embora existam poucos projectos de sucessos, e a maior parte dos mutuários reclamam por um novo empréstimo, há melhorias no rendimento e no bem-estar dos mutuários no Distrito KaTembe.

Segundo fontes locais, há registos de existência de cerca de 945 postos de trabalhos criados no âmbito do FDD, existência de 4 sistemas de abastecimento de água potável instalados, que resultou em 115 canalizações domiciliárias, beneficiando cerca de 1000 famílias.

Para o nosso interlocutor, estão instaladas em todo o distrito pequenas lojas, pequenas indústrias (carpintarias e Serralharias e têxteis), serviços de restauração e acomodação que contribuíram para a redução das distâncias percorridas pelos moradores na aquisição de produtos de primeira necessidade, serviços, momentos de lazer, o que contribuiu para melhoria de vida da população.

Mutuários por nós entrevistados, reconhecem haver uma melhoria no rendimento da população, apesar de ela estar condicionada a algum esforço adicional para melhorar cada vez mais. Para os nossos entrevistados, mutuário Fundo Distrital de Desenvolvimento trouxe vantagem para alguns mutuários e desvantagem para outros, ou seja, existem mutuária que viram os seus projectos crescerem e outros tiveram problema na execução o que criou uma desvantagem.

“... Não se pode dizer que não houve mudanças, para os mutuários, houve mudanças sim, mas não se fazem sentir muito nas famílias porque a maior parte dos projectos estão a desaparecer no mercado na medida em que parte dos mutuários que não conseguiram mudar o sentido das suas vidas foi por falta de responsabilidade individual e elevado custo de vida...”.

“... O governo quis trazer mudanças, mas algumas pessoas perderam a cabeça e brincaram com o dinheiro, há muita gente que aproveitou fazer negócio com esse dinheiro, hoje os filhos já não tem problemas de comer nem de vestes para ir a escola...”.

“... Não se consegue ver melhoria que Fundo Distrital de Desenvolvimento esta a fazer ao distrito, na medida em que, a maior parte das pessoas que pediram o dinheiro não conseguem devolver embora tenham melhorado as suas vidas, eles se encontram muito endividados...”

5.3 Factores de Sucesso ou Insucesso na Implementação do FDD: Os Porquês na Perspectiva dos Mutuários de KaTembe

5.3.1 Os Porquês do Sucesso na Implementação do FDD no Distrito Municipal de KaTembe

Fontes locais, referem que apesar de raros, existem casos de sucesso, mas trata-se de mutuários que se mostram possuir algum conhecimento nas actividades pelas quais são aplicados os fundos adquiridos a título de exemplo; indivíduo que de alguma maneira já teve alguma experiência anterior na actividade a que se propõem a desenvolver.

Foram unânimes os mutuários ao apontarem factores de sucesso tais como: aumento da circulação de moeda no Distrito de KaTembe; criação de novos postos de trabalho; aumento na arrecadação de impostos em benefício da colectividade, a proximidade do distrito a Cidade do Maputo, capital do país, criou condições para o fundo desenvolver de uma forma rápida.

Para alguns mutuários, existem factores que podem cada vez mais influenciar o sucesso do Fundo Distrital de Desenvolvimento, que são a mudança do comportamento dos mutuários na implementação dos projectos, o conhecimento de matérias sobre gestão de pequenos negócios e a capacidade de reembolsos de cada mutuário, valor que serve para o financiamento de outros projectos que alavanquem o desenvolvimento do Distrito.

5.3.2 Os Porquês do Insucesso na Implementação do no Distrito Municipal de KaTembe

A este propósito a secretaria do bairro de Guaxene disse o seguinte:

“...Temos deparado com muitas dificuldades na implementação dos projectos, mas acreditamos que o fundo vinha para ajudar, mas agora sou de opinião que devia necessidade de parar com o financiamento porque já não é sustentável...”

Para a nossa entrevistada, antigamente o processo era tão transparente, as divulgações eram orais, agora faz-se tudo em segredo. No acto de financiamento dos projectos a votação é feita de mão levantada, o que não devia, tinha que ser a carta fechada. Ela refere que há vezes que os membros do conselho consultivo Tem medo de reprovar projectos e serem perseguidos quando saírem lá foram.

“...Há vezes que os nomes aparecem num bairro enquanto nós secretários não conhecemos a pessoa, mas o projecto deve ser financiado... disse ”

Armando Changula, pescador do distrito questionado sobre a questão de insucesso do FDD no Distrito Disse: “...Os moldes como os fundos são alocados e a forma como os beneficiários são preparados não dá para uma pessoa que não tenha experiencia anterior engrenar na banca, pois lidar com dinheiro e fazer com que produza para continuação da vida de uma empresa é muito complicado...”.

Para alguns entrevistados, os beneficiários não são treinados de acordo com o seu ramo de actividade. Isto seria possível se houvesse um sistema de acompanhamento sério por parte de quem de direito”

Em entrevista ao Vereador do Distrito, referiu que o Distrito Municipal KaTembe não possui uma Estratégia de Desenvolvimento Económico Local (EDEL), o que pode propiciar que os membros dos CCL (CCP; CCA e CCD), não consigam alinhar os projectos apresentados pelas comunidades com os objectivos de desenvolvimento do distrito.

Durante a entrevista o vereador referiu também que muitos empreendedores abraçaram os negócios sem terem feito o estudo de viabilidade, estavam confiantes de que não teriam concorrentes ou que o negócio a desenvolver era simples. Para eles bastava terem a mercadoria ou casa de aluguer equipadas era só ficar à espera do cliente.

5.4 Resumo

De um modo geral, o presente capítulo tinha como objectivo de fazer uma análise sobre a história de crédito e poupança e avaliar o conhecimento sobre o funcionamento de crédito por parte dos mutuários no distrito de KaTembe, averiguar se as actividades implementação pelos mutuários vão de acordo com a estratégia de fomento do empreendedorismo, assim como, se os projectos implementados estão direccionados a implementação das actividades de produção e comercialização de alimentos.

Como resultados, verificou-se que no que diz respeito a história de crédito e poupança dos mutuários do FDD no Distrito de KaTembe os dados recolhidos mostram que na KaTembe não havia nenhum financiamento de projectos antes do FDD, a maior parte das pessoas confiavam viajar a África do Sul, e fazer negócios e no início da implementação deste crédito em 2008/9, tudo indicava que sinais animadores em termos de aplicação dos projectos propostos, a cidade de Maputo.

Para os entrevistados, o FDD, veio mudar a situação de pobreza no distrito, ou seja, existem sinais que mostram de que algo está a mudar na comunidade.

Sobres o conhecimento do funcionamento de crédito dos mutuários do FDD no Distrito KaTembe, os resultados do trabalho de campo mostram que o FDD é uma boa iniciativa, entretanto é preciso fazer-se uma reformulação dos mecanismos de funcionamento deste programa, nomeadamente os limites fixados. Alguns sectores de actividade financiados pelo programa necessitam de valores altos.

É importante referir que para os mutuários o FDD constitui um crédito que o Estado disponibilizou ao cidadão residente nos distritos, ou seja uma iniciativa do Governo que visa estimular o empreendedorismo e iniciativas de auto-emprego com vista a desenvolver o distrito, e cada valor alocado ao cidadão, devera ser reembolsado para os cofres do estado para serem emprestados outros mutuários.

Quanto as actividades implementadas pelos mutuários vão de acordo com a estratégia de fomento do empreendedorismo, os resultados mostram que nem todos os projectos implementados vão de acordo com a estratégia de fomento de empreendedorismo na medida em que há muitos beneficiários que fazem o desvio de aplicação dos projectos previamente propostos.

No tocante a situação de os projectos implementados estarem direccionados a actividades de produção e comercialização de alimentos, os dados colhidos no trabalho de campo mostram que nem todas as actividades que estão sendo implementadas no âmbito do FDD, tem a componente de produção de comida e comercialização de alimentos, na medida em que numa primeira fase os mutuários apresentam projectos desta natureza com o intuito só para terem acesso ao financiamento. Posto isto, o mutuário sem consentimento do Conselho Consultivo do Distrito faz o desvio de aplicação optando financiar projectos não elegíveis.

Questionados se as actividades implementadas nos projectos criam postos de trabalho, os resultados mostram que as estatísticas distritais, mostram que os projectos implementados estão a criar postos de emprego e até ao momento já criaram 945 postos de trabalhos.

Ao se aferir se aos efeitos resultantes da implementação do FDD no Distrito de KaTembe, se há Melhorias ou Não no Rendimento e no Bem-Estar dos Mutuários do Distrito de KaTembe, os resultados reportados pelos entrevistados mostram que embora existam poucos projectos de sucessos, e a maior parte dos mutuários reclamam por um novo empréstimo, há melhorias no rendimento e no bem-estar dos mutuários no Distrito KaTembe. Na medida em que existe registo de 4 sistemas de abastecimento de água potável instalados, que resultou em 115 canalizações domiciliárias, beneficiando cerca de 1000 famílias. Assim como, estão instaladas em todo o distrito pequenas lojas, pequenas indústrias (carpintarias e Serralharias e têxteis), serviços de restauração e acomodação que contribuiram para a redução das distâncias percorridas pelos moradores na aquisição de produtos de primeira necessidade, serviços, momentos de lazer, o que contribuiu para melhoria de vida da população.

Quanto a existência de factores de sucesso ou insucesso na implementação do FDD, os dados mostram que os mutuários acreditam existirem casos de sucesso, mas de forma rara, na medida em que trata-se de mutuários que se mostram possuir algum conhecimento nas actividades pelas quais são aplicados os fundos adquiridos a título de empréstimo; ou seja, são, indivíduos que de alguma maneira já tiveram alguma experiencia anterior na actividade a que se propõem a desenvolver.

No que diz respeito ao insucesso, os mutuários revelam como factores falta de monitoria dos projectos, atraso no reembolso do valor concedido, diminuição do valor solicitado pelos mutuários, a falta de transparência no acto de aprovação de projectos, a falta de capacitação e treinamento dos mutuários em matérias ligadas a gestão de projectos.

Capítulo 5: Conclusão

5.1 Conclusão

Finalmente, atendendo à análise do trabalho de campo efectuado, concluímos que o trabalho analisou o Fundo Distrital de Desenvolvimento e os Seus Efeitos em Moçambique, o Caso do Distrito de KaTembe, Cidade de Maputo, como uma política pública deliberadamente formulada pelo Governo, como instrumento para resolver a problemática de exclusão financeira a um segmento populacional no distrito acima referenciado.

Para iniciarmos o trabalho, uma das questões chave foi em que medida a implementação da política o Fundo Distrital de Desenvolvimento está surtindo os efeitos desejados no Distrito de KaTembe, na Cidade de Maputo?

Em jeito de resposta a preocupação colocada pela pesquisa, uma das hipóteses de trabalho avançadas afirma que o alcance dos objectivos definidos no Fundo Distrital de Desenvolvimento depende da aplicação criteriosa e flexível do Manual de Procedimentos do Fundo Distrital de Desenvolvimento e da sustentabilidade financeira do mesmo.

Tomando em conta que a percepção de muitos entrevistados vai em direcção da confirmação das nossas hipóteses, dando-nos a possibilidade de tirar em torno do tema em análise as seguintes conclusões:

O Fundo Distrital de Desenvolvimento, vulgo “FDD” foi deliberadamente formulada pelo Governo como uma política pública para criar mudança na política financeira dos distritos rurais em Moçambique, na medida em que o Governo identificou o problema que afecta a maioria da população moçambicana que é a exclusão financeira no acesso aos serviços financeiros e não-financeiros e o distrito de KaTembe não foi uma excepção.

Em nossa opinião o problema de “Incapacidade dos indivíduos de assegurar para si e os seus dependentes um conjunto de condições básicas mínimas para a sua subsistência e bem-estar, segundo as normas da sociedade” está sendo ultrapassado em algumas famílias, pois com o desembolso de fundos do FDD para financiamento de projectos de geração de alimentos e criação de empregos levou o

aumento da circulação da moeda no distrito e um aumento significativo na robustez das finanças domésticas.

Durante o trabalho de campo foi notório visualizar famílias com acesso a crédito que permite a posse de bens e serviços, geração de renda e a possibilidade de abertura de pequenas e médias empresas, para além do, acesso de produtos da primeira necessidade, disponibilidade de água potável, acesso a condições básicas de saúde, educação e empregabilidade.

No que diz respeito para estimular o empreendedorismo local, a produção e comercialização dos alimentos, a criação de postos de emprego permanentes e sazonais, o aumento de rendimento dos beneficiários e a melhoria do bem-estar económico e social dos mutuários, tomando em conta que o termo empreendedorismo está intrinsecamente relacionado com a criatividade e inovação, porque significa a habilidade de uma pessoa de produzir novos bens e serviços, novos métodos de produção, novas formas de organização com vista a gerar negócios lucrativos. São notáveis hoje no distrito KaTembe mutuários com projectos de diversas áreas, financiados pelo FDD, que mudaram a estrutura económica ao nível do distrito, ou seja, num distrito que tinha a prática da agricultura e pesca como actividades económicas principais, hoje o turismo, o comércio, a actividade avícola aparecem como principais actividades.

O trabalho feito para medir se a implementação da política do Fundo Distrital de Desenvolvimento está surtir os efeitos desejados, mostra que apesar de alguns constrangimentos, tais como: a não disponibilização de fundos desde 2015 por parte do governo central aos distritos, a fraca capacidade de reembolso por parte dos mutuários e demais constrangimentos, o FDD está a ser implementado tendo em conta o manual de procedimentos do mesmo e tem como factores de suporte os seguintes:

As características sócio demográficas da população de KaTembe, onde socialmente estão distribuídos em 5 bairros, com respectivos chefes de quarteirão e secretários que zelam por todas questões administrativas. São estes que têm assegurado o FDD ao nível das comunidades e sevem de elo de ligação entre os mutuários e a Administração do Distrito.

Os dados demográficos mostram que o distrito possui uma população de cerca de 11587 habitantes, dos quais 55,7 economicamente activa, a qual contribui para o PIB ao nível do distrito.

Outro factor que impulsionou o FDD na KaTembe, é a história do crédito e poupança no distrito na medida em que o FDD foi uma iniciativa que veio associar-se a outras iniciativas governamentais

(Fundo de Fumento Pesqueiro) e iniciativas locais Xitique, isto facilitou alguns mutuários na percepção do modelo de empréstimo a que estavam sujeitos e o manuseamento do crédito concedido principalmente para mutuários detentores de pequenas e médias empresas (serviços de restauração, internete, oficinas, Boutiques, etc).

O critério de elegibilidade vem contribuir para colocar em questão o comportamento do beneficiário, isto mostra-nos que de forma lógica, o financiamento em modelos de tranche aos mutuários, ou a redução do valor a ser entregue ao mutuário tem sido uma das estratégias do conselho consultivo distrital para poder abarcar maior parte de projectos a serem financiados e associado ao elevado número de candidatos que esperam por um financiamento.

No que diz respeito a sustentabilidade financeira do FDD, apesar de maior parte dos intervenientes terem respondido que a iniciativa não tem sustentabilidade financeiras, os resultados da pesquisa levam-nos a concluir que o fundo distrital de desenvolvimento é sustentável ou seja, a administração tem a capacidade de uma organização de obter ou arrecadar receitas para manter em andamento os projectos financiados pelo FDD, visando produzir resultados desejados. Prova disto, o Governo Central deixou de disponibilizar fundos para o financiamento de projectos desde em 2015, mas através de reembolsos a administração do Distrito KaTembe tem financiado novos projectos e reforçando alguns projectos em risco de falência.

5.1.1 Resultados do Estudo

Os resultados do estudo mostram que apesar do Fundo Distrital de Desenvolvimento não ter sido feito de forma regular, de alguma forma contribui para o desenvolvimento das comunidades locais.

O FDD criou um despertar no espírito do empreendedorismo e autoconfiança dos cidadãos ao nível do Distrito de KaTembe.

Constatou-se em todos os Distritos a elevação da qualidade de vida das populações, o crescente aumento de poder de compra e a existência de bens e serviços ao nível local;

Há um reconhecimento por parte do Conselho Consultivo Distrital o baixa nível de reembolso no FDD, este deve-se a factores como adversidades naturais (para mutuários com projectos de criação de gado e produção de comida), tem registado perdas nos seus negócios. Por outro lado, para projectos de

comércio, pesca, alojamento e restauração, pequenas indústrias, o baixo reembolso é consequente a falta de educação fiscal, pelo que há necessidade de se acompanhar e capacitar os mutuários para que saibam distinguir lucro e receita.

5.1.2 Implicações Teóricas e Práticas para Futuras Investigações sobre o Tema

A pesquisa teve como objectivo examinar em que medida os objectivos que nortearam a institucionalização deste fundo estão sendo alcançados no Distrito de KaTembe, concretamente o estímulo do empreendedorismo local, a produção e comercialização dos alimentos, a criação de postos de emprego permanentes e sazonais, o aumento de rendimento dos beneficiários e a melhoria do bem-estar económico e social dos mutuários do Distrito de KaTembe no período compreendido entre 2009 e 2016.

Tendo em conta que este fundo destinam-se às camadas economicamente pobres, mas activas e com ideias empreendedoras e, que presume-se que a sua implementação muda significativamente a fisionomia dos Distritos, na medida em que com o aumento da produção agrícola, a diversificação de culturas, as dinâmicas de mercado e de comercialização, a monetarização da economia, o aumento de receitas fiscais, o surgimento de instituições microfinanceiras a nível dos Distritos cria uma robustez económica aos distritos.

A pesquisa não é acabada, outras pesquisas poderão dar a complementaridade em aspectos que não foram o foco destes, tais como: mecanismos de reaver os fundos alocados pelo FDD aos mutuários desonestos, falecidos, assim como de mutuários que deixaram o solo pátrio para outros países, tendo em conta que os valores em questão provem do orçamento do estado e outros.

Imagens de Alguns Projectos Financiados pelo FDD

Figure 1 Projecto Agrícola- Ernesto Mondlane



Figure 2 Projecto de Oficina e Serralharia de Armando Changule



Figure 3 Projecto de Boutique



Referencias Bibliográficas

Adams, W. M. (1992) *Green Development: Environment and Sustainable Development*. London and New York: Routledge.

Assembleia da República (2008) ‘Lei No. 1/2008: Define o Regime Financeiro, Orçamental e Patrimonial das Autarquias Locais e o Sistema Tributário Autárquico’; *Boletim da República*; I Série; Número 3. Maputo, 16 Janeiro de 2008.

Assembleia da República (2005) *Legislação sobre os Órgãos Locais do Estado (Lei No. 8/2003 e o Decreto No. 11/2005)*. Maputo: Imprensa Nacional de Moçambique.

Assembleia da República (2004) *Constituição da República*. Maputo: Imprensa Nacional de Moçambique.

Assembleia da República (1997) ‘Principal Legislação sobre Autarquias’. Maputo: Assembleia da República.

Atkinson, Adele and Flore-Anne Messy (2012) ‘Measuring Financial Literacy: Results of the OECD/International Network on Financial Education (INFE) Pilot Study’; *OECD Working Papers on Finance, Insurance and Private Pensions No. 15*. Paris: OECD.

Azevedo, Paulo Roberto Medeiros (2016) *Introdução à Estatística*. 3ª edição. Natal, RB, Brasil: edufRN.

Bailey, Stephen J. (1999) *Local Government Economics: Principles and Practice*. London: Macmillan Press.

Banco de Moçambique (2016) ‘Estratégia Nacional de Inclusão Financeira, 2016-2022’. Maputo: Banco de Moçambique.

Banco de Moçambique (2015) ‘O Papel do Mercado de Capitais na Dinamização da Economia Nacional’; Comunicação Apresentada no XXXIX Conselho Consultivo do BM; Matola, Província de Maputo, Janeiro de 2015.

Banco de Moçambique (2013a) ‘Desafios da Inclusão Financeira em Moçambique: Uma Abordagem do Lado da Oferta’; Comunicação Apresentada no XXXVII Conselho Consultivo do BM; Pemba, Janeiro de 2013.

Banco de Moçambique (2013b) ‘O Papel do Banco de Moçambique na Promoção da Inclusão Financeira’; Comunicação Apresentada no Workshop sobre ‘Inclusão e Formação Financeira’. Lisboa, 11 de Julho de 2013.

Banco de Moçambique (2007) ‘Bancarização da Economia – Extensão dos Serviços Financeiros às Zonas Rurais’; Comunicação Apresentada no XXXI Conselho Consultivo do BM; Nampula, Janeiro de 2007.

- Banco de Portugal (2013) 'Políticas de Inclusão e Formação Financeira'. Encontro dos Bancos Centrais dos Países de Língua Portuguesa. Lisboa, Julho de 2013.
- Bartelms, Peter (1994) *Environment, Growth and Development: Concepts and Strategies of Sustainability*. London and New York: Routledge.
- Besley, Timothy J. (1998) 'How Do Market Failures Justify Interventions in Rural Credit Markets?' in Eicher, Carl K. and John M. Staatz (eds.) *International Agricultural Development*. 3rd ed. Baltimore and London: The Johns Hopkins University Press.
- Bortel-Doku Aryeetey, Ellen (1997) 'All But the Very Poor: Social Exclusion in the State Welfare Programmes in Ghana'. Paper Presented at CROP/UB/BIDPA Workshop on the Role of the State in Poverty Alleviation. Gaborone, Botswana, October 1997.
- Boston, Jonathan, John Martin, June Pallot and Pat Walsh (1996) *Public Management: The New Zealand Model*. New York: Oxford University Press.
- Cardoso, Teresa, Isabel Alarcão e Jacinto Antunes Celorico (2010) *Revisão da Literatura e Sistematização do Conhecimento*. Porto: Porto Editora.
- Castor, Belmiro Valverde Jabim e Fábio Zugman (2009) *Dicionário de Termos de Estratégia Empresarial*. São Paulo: Editora Atlas.
- Chiavenato, Idalberto (1994) *Recursos Humanos*. São Paulo: Editora Atlas.
- Chambers, Robert and Gordon R. Conway (1992) 'Sustainable Rural Livelihoods: Practical Concepts for the 21st Century'; *IDS Discussion Paper No. 296*. Brighton, UK: Institute of Development Studies (IDS).
- Comissão Interministerial da Reforma do Sector Público (CIRESP) (2001) *Estratégia Global da Reforma do Sector Público 2001-2011*. Maputo: Imprensa Nacional de Moçambique.
- Conselho de Ministros (2013) 'Estratégia de Desenvolvimento do Sector Financeiro 2013-2022'. Maputo: Conselho de Ministros.
- Conselho de Ministros (2011a) 'Estratégia de Finanças Rurais'. Maputo: Conselho de Ministros.
- Conselho de Ministros (2011b) 'Plano de Acção para Redução da Pobreza (PARP) 2011-2014'. Maputo: Conselho de Ministros.
- Conselho de Ministros (2009) 'Decreto No. 90/2009: Cria em Cada Distrito Fundo Distrital de Desenvolvimento'; *Boletim da República*; I Série; Número 52; 8^o. Suplemento; (31 de Dezembro de 2009).
- Conselho de Ministros (2006) 'Decreto 38/2006, de 27 de Setembro'; *Boletim da República*; Série II; Número. 4; 4^o Suplemento.
- Conselho de Ministros (2006) 'Plano de Acção para a Redução da Pobreza Absoluta 2006-2009 (PARPA II)'. Maputo: Conselho de Ministros.

- Conselho de Ministros (2001) 'Plano de Acção para a Redução da Pobreza Absoluta 2001-2005 (PARPA)'. Maputo: Conselho de Ministros.
- Creswell, John W. (1994) *Research Design: Qualitative and Quantitative Approaches*. Thousand Oaks, CA and London: Sage Publications.
- Curry, Steve (1992) 'Case Studies'; in Marc Wuyts (ed.) *Research Methods in Financial Economics*. London: School of Oriental and African Studies.
- de Haan, Arjan (1998) "Social Exclusion": An Alternative Concept for the Study of Deprivation?' *IDS Bulletin* Vol. 29; No. 1; pp. 10-19.
- de Haan, Arjan and Simon Maxwell (1998) 'Poverty and Social Exclusion in North and South'; *IDS Bulletin* Vol. 29; No. 1, pp. 1-10.
- de Klerk, Ton (2008) *The Rural Finance Landscape: A Practitioner's Guide*. Wageningen, The Netherlands: Agromisa Foundation and CTA.
- Denzin, Norman K. (1988) 'Triangulation in Educational in Educational Research'; in John P. Keeves (ed.) *Educational Research, Methodology, and Measurement: An International Handbook*. Oxford: Pergamon Press.
- de Vletter, Fion (2003) 'A Review of Three Successful Cases of Rural Finance in Northern Mozambique'. Preliminary Draft. Maputo.
- Dixon, John and David Macarov (eds.) (1998) *Poverty: A Persistent Global Reality*. London: Routledge.
- Dornelas, José Carlos Assis (2007) *Empreendedorismo na Prática: Mitos e Verdades do Empreendedorismo de Sucesso*. 3ª edição. Rio de Janeiro: Campus.
- Ebel, Robert D. and François Vaillancourt (2001) 'Fiscal Decentralization and Financing Urban Governments: Framing the Problem'; in Mila Freire and Richard Stren (eds.) *The Challenge of Urban Government: Policies and Practices*. Washington, D. C.: World Bank.
- Eisner, Elliot W. (1981) 'On the Differences between Scientific and Artistic Approaches to Qualitative Research'; *Educational Researcher*; Vol. 10; No. 4; pp. 5-9.
- Erickson, Frederick (1986) 'Qualitative Methods in Research on Teaching'; in M. C. Wittrock (ed.) *Handbook of Research on Teaching*. New York: Macmillan Publishing Co.
- Eguren, Iñigo Retolaza (2011) *Theory of Change: A Thinking and Action Approach to Navigate in the Complexity of Social Change Processes*. The Hague: UNDP/Hivos.
- Firestone, William A. (1987) 'Meaning in Method: The Rhetoric of Quantitative and Qualitative Research'; *Educational Research*; Vol. 16; No. 7; pp. 16-21.
- Freitas, H.; Macadar, M. A.; Moscarola, J. (2006). Informação e decisão: sistemas de apoio e seu impacto. Porto Alegre
- Gerber, Michael E. (2004) *Empreender Fazendo a Diferença*. São Paulo: Fundamento Educaciona.
- Gerber, Micahael E. (1996) *O Mito do Empreendedor: Como Fazer do Seu Empreendimento Um Negócio Bem Sucedido*. São Paulo: Saraiva.

- Gertler, Paul J., Sebastian Martinez, Patrick Premand, Laura B. Rawlings, and Christel M. J. Vermeersch (2011) *Impact Evaluation in Practice*. Washington, D. C.: World Bank.
- Gil, Antonio Carlos (2002) *Como Elaborar Um Projeto de Pesquisa*. 4ª edição. São Paulo: Editora Atlas.
- Glewwe, Paul and Jacques Van der Gaag (1990) ‘Identifying the Poor in Developing Countries: Do Different Definitions Matter?’ *World Development*; Vol. 18; No. 6; pp. 803-814.
- Gordon, David (2006) ‘The Concept and Measurement of Poverty’; in C. Pantazis, D. Gordon, and R. Levitas (eds.) *Poverty and Social Exclusion in Britain*. Bristol, UK: The Policy Press.
- Greeley, Martin (2006) ‘Microfinance Impact and the MDGs: The Challenge of Scaling-Up’; *IDS Working Paper 255*. Brighton, UK: Institute of Development Studies (IDS).
- Habschick, Marco, Britta Seidl, and Jan Evers (2007) ‘Survey of Financial Literacy Schemes in the U27’; Final Report. Hamburg.
- Holcombe, Susan (1995) *Managing to Empower: The Grameen Bank’s Experience of Poverty Alleviation*. London: Zed Books.
- Hunt, Shelby D. (2002) ‘Resource-Advantage Theory and Austrian Economics’; in Nicolai J. Foss and Peter G. Klein (eds.) *Entrepreneurship and the Firm: Austrian Perspective on Economic Organization*. Northampton, MA: Edward Elger.
- International Capital Corporation (ICC) (2003) ‘Study to Set Up a Credit System Under the Small Scale Irrigation Project (SSIP). Final Report (September 2003)’. Maputo: ICC.
- International Fund for Agricultural Development (IFAD) (2003) ‘Mozambique Rural Finance Programme: Formulation Report’. Maputo: IFAD.
- Jain, Pankaj and Mick Moore (2003) ‘What Makes Microcredit Programmes Effective? Fashionable Fallacies and Workable Strategies’; *IDS Working Paper 177*. Brighton: Institute of Development Studies (IDS).
- Kempson, Elaine and Claire Whyley (1999) *Kept Out or Opted Out? Understanding and Combating Financial Exclusion*. Bristol, UK: The Policy Press.
- Kempson, Elaine and Claire Whyley, Sharon Collard and John Caskey (2000) ‘In or Out? Financial Exclusion: A Literature and Research Review’; *Consumer Research 3*. Bristol, UK: Financial Services Authority.
- Krama, Marcia R. (2008) ‘Análise dos Indicadores de Desenvolvimento Sustentável no Brasil, Usando a Ferramenta Painel de Sustentabilidade’; Tese de Mestrado em Engenharia de Produção de Sistemas; Universidade Católica do Paraná; Curitiba, Brasil.
- Krueger, Richard A. (1988) *Focus Groups*. Newbury Park, CA and London: Sage Publications.
- Kulipossa, Fidelx Pius (2017) ‘O Conceito de Descentralização’; Texto de Apoio para os Estudantes do Mestrado, Especialização em Desenvolvimento Local 2017. Instituto Superior de Administração Pública (ISAP). Maputo.

- Kulipossa, Fidelx Pius (2016) ‘Teorias de Mudança’; Texto de Apoio para os Estudantes do Mestrado, Especialização em Desenvolvimento Local 2016. Instituto Superior de Administração Pública (ISAP). Maputo.
- Kulipossa, Fidelx Pius (2004) ‘Decentralisation and Democracy in Developing Countries: An Overview’; *Development in Practice*; Vol. 14; No. 6; pp. 768-779.
- Leite, Emanuel (2000) *O Fenómeno do Empreendedorismo: Criando Riquezas*. Recife, Brasil: Bagaço.
- Lélé, Sharachchandra M. (1991) ‘Sustainable Development: A Critical Review’; *World Development*; Vol. 19; No. 6; pp. 607-621.
- León, Patricia (2001) ‘Os Quatro Pilares da Sustentabilidade Financeira’. Brasília-DF, Brasil: The Nature Conservancy.
- Lipton, Michael and Martin Ravallion (1993) ‘Poverty and Policy’; *The World Bank Policy Research Working Papers 1130*. Washington, D. C.: World Bank.
- MacPherson, Stewart and Richard Silburn (1998) ‘The Meaning and Measurement of Poverty’; in John Dixon and David Macarov (eds.) *Poverty: A Persistent Global Reality*. London: Routledge.
- Manheim, Jarol B. e Richard C. Rich (1995) *Empirical Political Analysis: Research Methods in Political Science*. 4th edition. New York: Longman.
- Manor, James (2001) ‘Democratic Decentralization and Sustainable Livelihoods’; Brighton: IDS.
- Manor, James (1999) *The Political Economy of Democratic Decentralization*. Washington, D. C.: World Bank.
- Maxwell, Simon (1999) ‘The Meaning and Measurement of Poverty’; *ODI Poverty Briefing No. 3*. Available at: <http://www.oneworld.org/odi/briefing/pov3.html> (acedido em 8 de Setembro de 2017).
- Ministérios da Administração Estatal, das Finanças e da Planificação e Desenvolvimento (2011) ‘Fundo Distrital de Desenvolvimento: Manual de Procedimentos’. Maputo.
- Morgan, David L. (1988) *Focus Groups as Qualitative Research*. Newbury Park, CA and London: Sage Publications.
- Morgan, David L. (ed.) (1993) *Successful Focus Groups*. Newbury Park, CA and London: Sage Publications.
- Murphy, Jerome T. (1980) *Getting the Facts: A Fieldwork Guide for Evaluators and Policy Analysts*. Santa Monica, CA: Goodyear.
- Nathan Associates Inc. (2007) ‘Constrangimentos do Sector Financeiro no Desenvolvimento do Sector Privado em Moçambique’. Maputo: USAID.
- Organization for Economic Cooperation and Development (OECD) (2007) ‘A Framework for Addressing and Measuring Entrepreneurship’. Disponível em: <http://www.oecd.org/industry/entrepreneurshipandbusinessstatistics/39629644.pdf> (acedido em 18 de Setembro de 2017).
- OECD/INFE (2012) ‘High-Level Principles on National Strategies for Financial Education’. Available at: http://www.oecd.org/daf/fin/financial_education/OECD_INFE_High_Level_Principles_National_Strategies_Financial_Education_APEC.pdf (accessed 15 September 2017).

- Panton, Michael Q. (1990) *Qualitative Research and Evaluation Methods*. 2nd edition. Newbury Park, CA and London: Sage Publications.
- Peters, B. Guy (1998) *Comparative Politics: Theory and Methods*. London: Macmillan Press.
- Prud'homme, Remy (1995) 'The Dangers of Decentralization'; *The World Bank Research Observer*; Vol. 10; No. 2; pp. 201-220.
- Punch, Keith F. (1998) *Introduction to Social Research: Quantitative and Qualitative Approaches*. London: Sage Publications.
- Ragin, Charles (1992a) 'Introduction: Cases of 'What is a Case''; in Charles Ragin and Howard S. Becker (eds.) *What is a Case? Exploring the Foundations of Social Inquiry*. Cambridge and New York: Cambridge University Press.
- Ragin, Charles (1992b) "'Casing' and the Process of Social Inquiry"; in Charles Ragin and Howard S. Becker (eds.) *What is a Case? Exploring the Foundations of Social Inquiry*. Cambridge and New York: Cambridge University Press.
- Robinson, Marguerite (1998) 'Microfinance: The Paradigm Shift from Credit Delivery to Sustainable Financial Intermediation'; in Eicher, Carl K. and John M. Staatz (eds.) *International Agricultural Development*. 3rd ed. Baltimore and London: The Johns Hopkins University Press.
- Robinson, Marguerite (2001) *The Micro Finance Revolution: Sustainable Finance for the Poor*. Washington, D. C.: The World Bank.
- Rondinelli, Dennis A., James S. McCullough and Ronald W. Johnson (1989) 'Analysing Decentralization Policies in Developing Countries: A Political-Economy Framework'; *Development and Change*; Vol. 20; No. 1; pp. 57-87.
- Rose, Howard (1991) 'Case Studies'; in Graham Allan and Chris Skinner (eds.) *Handbook for Research Students in the Social Sciences*. London: The Falmer Press.
- Saraiva, Pedro Manuel (2011) *Empreendedorismo: Do Conceito à Aplicação, da Ideia ao Negócio, da Tecnologia ao Valor*. 2^a edição. Lisboa: Edições Sílabo.
- Sarma, Mandira (2012) 'Index of Financial Inclusion – A Measure of Financial Sector Inclusiveness'; Working Paper 07/2012. Berlin. Available at: http://daadpartnership.htw-berlin.de/fileadmin/working_paper_service_series/wp_07_2012_Sarma_Index-of-of-Financial-Inclusion (accessed 15 September 2017).
- Sarma, Mandira and Jesim Pais (2010) 'Financial Inclusion and Development'; *Journal of International Development*; Vol. 23; No. 5; pp. 613-628.
- Schumpeter, Joseph A. [1942] (1950) *Capitalism, Socialism and Democracy*. 3rd edition. New York: Harper and Row.
- Sen, Amartya (1984) *Resources, Values and Development*. Cambridge, Mass.: Harvard University Press.
- Smith, Brian C. (1985) *Decentralization: The Territorial Dimension of the State*. London: George Allen and Unwin.
- Smith, John K. (1983) 'Quantitative versus Qualitative Research: An Overview'; *Educational Researcher*; Vol. 10; No. 6; pp. 6-13.

- Stewart, David W. and Prem N. Shamdasani (1990) *Focus Groups: Theory and Practice*. Newbury Park, CA and London: Sage Publications.
- Townsend, Peter (1962) 'The Meaning of Poverty'; *British Journal of Sociology*; Vol. 13; No. 3; pp. 210-219.
- United Nations (1995) *The Copenhagen Declaration and Programme of Action: World Summit for Social Development 6-12 March 1995*. New York: United Nations Department of Publications.
- Turner, Mark and David Hulme (1997) *Governance, Administration and Development: Making the State Work*. London: Macmillan Press.
- White, Howard (1999) 'Global Poverty Reduction: Are We Heading in the Right Direction?'; *Journal of International Development*; Vol. 11; No. 4; pp. 503-519.
- Wolman, Harold (1990) 'Decentralization: What It Is and Why We Should Care'; in Robert J. Bennett (ed.) *Decentralization, Local Governments, and Markets: Towards a Post-Welfare Agenda*. Oxford: Clarendon Press.
- Woodhouse, Philip (2000) 'Environmental Degradation and Sustainability'; in Tim Allen and Alan Thomas (eds.) *Poverty and Development into the 21st Century*. Oxford: Oxford University Press.
- Woodrow, Peter with Nick Oatley (2013) 'Practical Approaches to Theories of Change in Conflict, Security & Justice Programmes. Part I: What They Are, Different Types, How to Develop and Use Them'. London: DFID.
- World Bank (2001) *World Development Report 2000/2001: Attacking Poverty*. New York: Oxford University Press.
- World Commission on Environment and Development (WCED) (1987) *Our Common Future*. Oxford and New York: Oxford University Press.
- Yin, Robert K. (1994) *Case Study Research: Design and Methods*. 2nd edition. London: Sage Publications.
- Van Evera, Stephen (1997) *Guide to Methods for Students of Political Science*. Ithaca, New York and London: Cornell University Press.
- Zeller, Richard A. and Edward G. Carmines (1980) *Measurement in the Social Sciences: The Link between Theory and Data*. Cambridge and London: Cambridge University Press.
- Zottel, Siegfried, Claudia Ruiz Ortega and Sarah Yan Xu (2014) 'Enhancing Financial Capability and Inclusion in Mozambique: A Demand-Side Assessment'. Washington, D. C.: World Bank.